

**BERNADETE TEREZINHA PEREIRA**

**LÚCIA STARON**

**AVALIAR A EFICIÊNCIA E EFICÁCIA DA GESTÃO ESCOLAR INTEGRAL NO  
PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM: ESTUDOS DE CASOS NAS ESCOLAS  
ESTADUAIS DA REGIÃO DE CAMPO LARGO**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao Departamento de Ciências Contábeis, do Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, como requisito para obtenção do título de Especialista em Formulação e Gestão de Políticas Públicas.

Orientador Profº Dr. Blênio César Severo Peixe

**CURITIBA**

**2009**

## **AGRADECIMENTOS**

A Escola de Governo, pela iniciativa e apoio.

À Universidade Federal do Paraná, pelas condições oferecidas e ensinamentos.

À Coordenação do Curso de Especialização em Formulação e Gestão de Políticas Públicas pelo apoio, dedicação e incentivo.

Ao Professor Blênio César Severo Peixe, orientador, pela confiança, conselhos e incentivo.

Aos amigos do curso que compartilharam conosco as dificuldades e alegrias neste árduo e prazeroso caminho de aprendizagem, vivência e construção.

## DEDICATÓRIA

A Deus pela vida, bênção e proteção.  
A nossas famílias e amigos.

## LISTA DE SIGLAS

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional  
PNE – Plano Nacional de Educação  
EUA – Estados Unidos da América  
UNESCO – Programa das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura  
CAPES – Comissão de Aperfeiçoamento do Pessoal do Ensino Superior  
CILEME – Campanha de Inquéritos e Levantamento do Ensino Médio Elementar  
CALDEME – Campanha do Livro Didático e Manuais de Ensino  
CDP – Centro de Documentação Pedagógica  
CBPE – Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais  
CFE – Conselho Federal de Educação  
FGV – Fundação Getúlio Vargas  
ABL – Academia Brasileira de Letras  
ICIRA – Instituto Chileno para a Reforma Agrária  
CMI – Conselho Mundial de Igrejas  
IDAC – Instituto de Ação Cultural  
PUC – Pontifícia Universidade Católica  
APMF – Associação de Pais, Mestres e Funcionários  
PPP – Projeto Político Pedagógico  
SAEB – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica  
ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio  
ENAD – Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes  
INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais  
MEC – Ministério da Educação e Cultura  
IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica  
PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação  
IES – Instituição de Ensino Superior  
SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior  
CESF – Colégio Estadual Sagrada Família  
AMOSP – Associação de Moradores São Pedro e São Paulo  
CSPSP – Colégio São Pedro e São Paulo

PROUNI – Programa Universidade para Todos

CETEPAR – Centro de Excelência em Tecnologia Educacional do Paraná

CAIC – Centro de Atenção Integral a Criança

## L ISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – DIMENSÕES E DESAFIOS DA AVALIAÇÃO .....	65
QUADRO 2 - AUTO-AVALIAÇÃO DO PERFIL QUANTO AO COMPORTAMENTO E DETERMINAÇÃO .....	90
QUADRO 3 – GRADUAÇÃO .....	93
QUADRO 4 - ATUAÇÃO COMO DOCENTE .....	97
QUADRO 5 - AUTO-AVALIAÇÃO DO PERFIL .....	98
QUADRO 6 - RESULTADOS AVALIATIVOS DE 2006 A 2008 DO COLÉGIO ESTADUAL SAGRADA FAMÍLIA .....	100
QUADRO 7 - RESULTADOS AVALIATIVOS DE 2006 A 2008 DO COLÉGIO ESTADUAL SÃO PEDRO E SÃO PAULO .....	101
QUADRO 8 - RESULTADOS AVALIATIVOS DE 2006 A 2008 DO COLÉGIO ESTADUAL ALBINA MUGINOSKI .....	101
QUADRO 9 - RESULTADOS OBTIDOS NO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA .....	102
QUADRO 10 - RESULTADOS OBTIDOS NO EXAME NACIONAL DO ENSINO MÉDIO .....	102

## L ISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – PERFIL DOS DIRETORES.....	84
GRÁFICO 2 – FORMAÇÃO DO ENSINO MÉDIO .....	85
GRÁFICO 3 – GRADUAÇÃO .....	85
GRÁFICO 4 – INSTITUIÇÃO SUPERIOR .....	86
GRÁFICO 5 – PÓS- GRADUAÇÃO .....	86
GRÁFICO 6 – PROCESSO DE ESCOLHA DE DIRETORES .....	87
GRÁFICO 7 – ATUAÇÃO DOS COLEGIADOS NA ESCOLA .....	88
GRÁFICO 8 – ATUAÇÃO COMO EDUCADOR .....	88
GRÁFICO 9 – FREQUÊNCIA DAS AÇÕES DESEMPENHADAS COMO GESTORES .....	89
GRÁFICO 10 - AVALIAÇÃO DA GESTÃO DA ESCOLA .....	91
GRÁFICO 11 – PERFIL DOS PROFESSORES E PEDAGOGOS.....	92
GRÁFICO 12 – FORMAÇÃO DO ENSINO MÉDIO .....	93
GRÁFICO 13 – GRADUAÇÃO .....	93
GRÁFICO 14 – INSTITUIÇÃO SUPERIOR .....	94
GRÁFICO 15 – PÓS-GRADUAÇÃO .....	95
GRÁFICO 16 – ANO DE CONCLUSÃO DO ÚLTIMO CURSO NA ÁREA DA EDUCAÇÃO .....	96
GRÁFICO 17 – PARTICIPAÇÃO NOS ÓRGÃOS COLEGIADOS NA INSTITUIÇÃO EM QUE ATUA .....	96
GRÁFICO 18 - AVALIAÇÃO DA GESTÃO DA ESCOLA .....	99
GRÁFICO 19 - AVALIAÇÃO DA GESTÃO DE SALA DE AULA .....	99

## RESUMO

PEREIRA, B. T. e STARON, L. **Avaliar a Eficiência e Eficácia da Gestão Escolar Integral no Processo Ensino-Aprendizagem: Estudos de Casos nas Escolas Estaduais da Região de Campo Largo.** Entendida a gestão como administração, tomada de decisão, organização e direção no processo de aprendizado e a gestão escolar como processo democrático com planejamento, tomada de decisões e a avaliação dos resultados alcançados, as dificuldades no gerenciamento da escola envolvendo as questões internas e externas acabam influenciando no processo de ensino – aprendizagem. Este trabalho buscou analisar a eficiência e eficácia da gestão escolar, demonstrando a partir da pesquisa bibliográfica, da observação direta e da pesquisa de campo, em três escolas do município de Campo Largo, que a gestão escolar deve ser eficiente e eficaz agindo pró - ativamente para melhorar o resultado das escolas, contribuindo de forma efetiva com apresentação de propostas e sugestões para a melhoria da gestão escolar, demonstrando a importância da mesma no processo ensino-aprendizagem como forma de contribuição profissional. A pesquisa tem por objetivo avaliar a eficiência e eficácia da gestão escolar integral no processo ensino-aprendizagem apresentando uma proposta consolidada com orientações e sugestões para implementar políticas públicas a fim de melhorar a gestão escolar integral. Verifica-se também, que compete ao diretor da escola resgatar a dimensão educacional das avaliações institucionais, coordenando o processo, divulgando experiências bem sucedidas, garantindo a participação e o envolvimento de todos, comprometendo-se com o aprimoramento do processo ensino-aprendizagem. Apresentam-se propostas para apoiar a gestão escolar melhorando assim, a qualidade do ensino público.

Palavras-chave: Gestão Escolar, Eficiência, Eficácia, Ensino-Aprendizagem.

e-mail: [bernadete.jufe@gmail.com](mailto:bernadete.jufe@gmail.com)  
[irmalucia@uol.com.br](mailto:irmalucia@uol.com.br)

## SUMÁRIO

<b>AGRADECIMENTO</b> .....	II
<b>DEDICATÓRIA</b> .....	III
<b>LISTA DE SIGLAS</b> .....	IV
<b>LISTA DE QUADROS</b> .....	VI
<b>LISTA DE GRÁFICOS</b> .....	VII
<b>RESUMO</b> .....	VIII
<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	13
<b>2. REVISÃO DE LITERATURA</b> .....	15
2.1. PRINCIPAIS CONCEITOS DE EDUCAÇÃO.....	15
2.1.1. Educação Básica .....	17
2.1.2. Educação Superior .....	19
2.1.3. Educação Profissional e Tecnológica .....	20
2.1.4. Educação de Jovens e Adultos .....	21
2.1.5. Educação Especial .....	23
2.2. PRINCIPAIS EDUCADORES .....	23
2.2.1. Anísio Espínola Teixeira .....	24
2.2.2. Paulo Reglus Neves Freire .....	27
2.2.3. Lev Semenovitch Vygotsky .....	28
2.2.4. Emília Ferreiro .....	30
2.2.5. Jean Piaget .....	31
2.3. PRINCIPAIS CONCEITOS DE ENSINO .....	32
2.3.1. Conceito de ensino, segundo JOSÉ MANUEL MORAN .....	33
2.3.2. Conceito de ensino, segundo JOSÉ CARLOS LIBÂNEO .....	34
2.3.3. Conceito de ensino, segundo HELOÍSA LÜCK .....	35
2.3.4. Conceito de ensino, segundo DERMEVAL SAVIANI .....	35
2.3.5. Conceito de ensino segundo A. I. Pérez Gómez .....	36
2.4. PRINCIPAIS METODOLOGIAS UTILIZADAS NO PROCESSO ENSINO- APRENDIZAGEM .....	39
2.4.1. Método da exposição pelo professor .....	39
2.4.2. Método do trabalho independente .....	40

2.4.3.	Método da elaboração conjunta .....	40
2.4.4.	Método do trabalho em grupo .....	41
2.4.5.	Atividades especiais .....	41
2.5.	APRENDIZAGEM = ATO DE CONHECER .....	42
2.6.	ASPECTOS CONCEITUAIS DE EFICIÊNCIA E EFICÁCIA .....	45
2.6.1.	Eficiência .....	45
2.6.2.	Eficácia .....	46
2.6.3.	Diferença entre Eficiência e Eficácia .....	46
2.7.	GESTÃO ESCOLAR .....	47
2.7.1.	Gestão Pedagógica, Administrativa e de Recursos Humanos .....	48
2.7.2.	Gestão Democrática .....	50
2.7.3.	Liderança Escolar .....	52
2.7.4.	Autonomia na Escola .....	53
2.7.5.	O Gestor e o Cotidiano Escolar .....	54
2.7.6.	Projeto Político-Pedagógico: Responsabilidade de Todos .....	55
2.7.7.	Gestão de Sala de Aula .....	57
2.7.8.	Formação do Educador .....	58
2.7.9.	Gestão Eficiente e Eficaz .....	59
2.8.	COMPETÊNCIAS E RESPONSABILIDADES PELA EDUCAÇÃO .....	59
2.8.1.	Competência Federal .....	60
2.8.2.	Competência Estadual .....	61
2.8.3.	Competência Municipal .....	62
2.9.	AVALIAÇÃO E SUAS VERTENTES .....	63
2.9.1.	Principais conceitos de avaliação .....	63
2.9.2.	Políticas Públicas de Avaliação .....	67
<b>3.</b>	<b>METODOLOGIA DA PESQUISA</b> .....	<b>71</b>
3.1.	QUANTO À NATUREZA .....	71
3.2.	QUANTO AO TIPO .....	71
3.3.	QUANTO AOS PROCEDIMENTOS .....	72
3.4.	QUANTO AOS RESULTADOS .....	72
3.5.	DELIMITAÇÃO ESPACIAL .....	73

<b>4.</b>	<b>ESTUDO DE CASO NAS ESCOLAS ESTADUAIS DA REGIÃO DE CAMPO LARGO .....</b>	<b>74</b>
4.1.	COLÉGIO ESTADUAL SAGRADA FAMÍLIA .....	74
4.1.1.	História do Colégio .....	74
4.1.2.	Articulação da Escola com a Comunidade .....	76
4.1.3.	Perfil da Comunidade Escolar .....	76
4.1.4.	Perfil do Corpo Docente .....	77
4.1.5.	Perfil dos Funcionários .....	78
4.2.	COLÉGIO ESTADUAL SÃO PEDRO E SÃO PAULO .....	79
4.2.1.	História do Colégio .....	79
4.2.2.	Perfil da Comunidade Escolar .....	79
4.2.3.	Participação dos Pais .....	80
4.2.4.	Formação inicial e continuada de professores e funcionários .....	81
4.3.	COLÉGIO ESTADUAL ALBINA NOVAK MUGINOSKI .....	81
4.3.1.	História do Colégio .....	81
4.3.2.	Relação do corpo docente e técnico administrativo .....	82
4.3.3.	Perfil da Comunidade .....	82
4.3.4.	Participação dos pais .....	83
4.4.	LEVANTAMENTO DE INFORMAÇÕES DA PESQUISA DE CAMPO DAS ESCOLAS, CONSOLIDAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS DA PESQUISA .....	84
4.4.1.	Diretor e Diretor-auxiliar .....	84
4.4.2.	Professores e Pedagogos .....	92
4.5.	DISCUSSÃO DA AVALIAÇÃO .....	100
4.5.1.	Resultados avaliativos de 2006 a 2008 do Colégio Estadual Sagrada Família .....	100
4.5.2.	Resultados avaliativos de 2006 a 2008 do Colégio Estadual São Pedro e São Paulo .....	101
4.5.3.	Resultados avaliativos de 2006 a 2008 do Colégio Estadual Albina Muginoski .....	101
4.5.4.	Resultados obtidos no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica. ....	102

4.5.5.	Resultados obtidos no Exame Nacional do Ensino Médio .....	102
4.6.	PROPOSTA SISTEMATIZADA PARA MELHORIA DE GESTÃO .....	103
<b>5.</b>	<b>CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES</b> .....	<b>104</b>
<b>6.</b>	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>107</b>
<b>7.</b>	<b>APÊNDICES</b> .....	<b>110</b>
7.1.	APÊNDICE - I – DIRETORES E DIRETORES AUXILIARES .....	111
7.2.	APÊNDICE - II – PROFESSORES E PEDAGOGOS .....	116

## 1. INTRODUÇÃO

Com o processo democrático em nosso país, a educação vem ocupando espaço e busca caminhos que efetive o anseio da população e dos profissionais da educação a fim de ter uma escola democrática e de qualidade para todos.

Por meio do processo de gestão democrática pode-se eleger os dirigentes municipais, estaduais e federais, os representantes para o legislativo; criar as diferentes instâncias decisórias e estruturais, eleger diretores nas escolas e produzir assim, avanços significativos.

Através da participação leva-se ao esclarecimento, ao envolvimento e à motivação. A participação, o diálogo, a discussão coletiva e a autonomia, são práticas indispensáveis para que a gestão democrática aconteça de fato. Essa realidade faz ver a importância de compreender as políticas educacionais atuais, calcadas na descentralização administrativa e na participação direta dos profissionais da educação e das comunidades na busca de novos caminhos para a escola existente.

Assim, um dos temas que se encontra posto com frequência nas agendas das políticas educacionais é a reestruturação do sistema de ensino, que adota modelos de gestão fundados na descentralização administrativa, na autonomia financeira e no planejamento estratégico, e busca introduzir, na esfera pública, as noções de eficiência, eficácia, produtividade e racionalidade. Para LÜCK (2008, p. 96), “a gestão se constitui em processo de mobilização e organização do talento humano para atuar coletivamente na promoção de objetivos educacionais”.

O cargo de diretor de escola, além de ser muito relevante para o processo educacional, é um desafio bastante complexo, pois esta função tem como características inerentes as pressões do meio, os conflitos e as mudanças advindas do cotidiano escolar, do sistema educacional e da sociedade

Como então, estabelecer políticas públicas para melhorar a gestão com impacto no ensino – aprendizagem?

Este trabalho busca analisar algumas questões fundamentais referentes à eficiência e eficácia da gestão escolar, e demonstra a partir da pesquisa que a gestão escolar deve agir pró - ativamente para melhorar o resultado das escolas.

Desse modo, contribui de forma efetiva com a apresentação de propostas e sugestões para a melhoria da gestão escolar e demonstra a importância da gestão no processo ensino-aprendizagem como forma de contribuição profissional.

Compete ao diretor da escola divulgar experiências bem sucedidas e garantir a participação e o envolvimento de todos, e comprometer-se com o aprimoramento do processo ensino-aprendizagem. A participação no planejamento, implementação e avaliação do projeto político-pedagógico também é importante, assim como, levantar e analisar, junto à comunidade escolar, os índices de evasão e repetência, para buscar alternativas para minimizá-los e acompanhar e analisar o sistema de avaliação do rendimento escolar.

É importante também, promover a participação em reuniões com os pais e demais representantes da comunidade; destacar a relevância do gestor na sala de aula como mediador do processo ensino-aprendizagem, em que o professor deve ter uma proposta de transformação para aumentar sua própria capacidade de visão e a do educando, estimulando situações de aprendizagem, mediar o conhecimento, com criticidade, por meio de uma prática pedagógica interativa e transformadora.

A pesquisa tem por objetivo avaliar a eficiência e eficácia da gestão escolar integral no processo ensino-aprendizagem apresentando uma proposta consolidada com orientações e sugestões para implementar políticas públicas a fim de melhorar a gestão escolar integral. Para isso faz-se necessário: fundamentar teoricamente; levantar as informações necessárias para entender as dificuldades no processo de gestão; consolidar as informações pesquisadas, por meio de relatório substanciado e apresentar proposta sistematizada com as informações necessárias para sua aplicação como modelo de gestão para melhorar o resultado.

A investigação envolverá três colégios estaduais que oferecem ensino fundamental e médio, localizados no município de Campo Largo agregados ao Núcleo Regional de Educação da Área Metropolitana de Campo Largo. A escolha dos três colégios deve-se ao fato de conhecermos a realidade de cada um, sendo um localizado no centro e possuir maior número de alunos e os outros dois localizados em bairros um com número médio de alunos e o outro com poucos alunos.

## 2. REVISÃO DE LITERATURA

O poder político da educação, ao longo do tempo, tem produzido inúmeros indicadores de desigualdade, assim como incontáveis histórias de sucesso social. Ao analisar a história, pode-se ver que as idéias e ações políticas influenciam as decisões dos governos em todos os campos do conhecimento e as políticas públicas de educação no mundo e também em nosso país.

Para MELLO:

Ainda que por si só a educação não assegure a justiça social, nem se possa esperar só dela a erradicação da violência, o respeito ao meio ambiente, o fim das discriminações sociais, e outros objetivos humanistas que se colocam hoje para as sociedades, ela é, sem dúvida, parte indispensável do esforço para tornar essas sociedades mais igualitárias, solidárias e integradas. (MELLO, 1991, s/p)

Neste item da revisão destacam-se: principais conceitos de educação, de educadores, de ensino, algumas metodologias utilizadas no processo ensino-aprendizagem, aspectos conceituais de eficiência e eficácia, gestão escolar, competências e responsabilidades pela educação, avaliação e suas vertentes.

### 2.1. EDUCAÇÃO

A educação começou a se impor como condição fundamental para o desenvolvimento do país à medida que o quadro social, político e econômico se projetava. As várias reformas educacionais, colaboraram para o amadurecimento da percepção coletiva da educação como um problema nacional.

Na Constituição Federal de 1988, art. 214 contempla-se a obrigatoriedade de um plano nacional de educação de longo prazo, capaz de conferir estabilidade às iniciativas governamentais na área de educação. Os artigos 9º e 87, da Lei nº 9394/96, Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional, dizem que cabe à União, a elaboração do Plano Nacional de Educação, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, e institui a Década da Educação.

A luta por uma política educacional, com perspectiva da construção de um novo mundo, baseado em novas relações sociais, que permitiu a inclusão de todos no desenvolvimento pleno do ser humano, numa perspectiva unilateral, foram os

verdadeiros desafios para o campo educativo e para os setores da sociedade preocupados com a construção de um outro quadro para a Educação Nacional.

Para LIBÂNEO (1994, p.23), “a educação é instituição social que se ordena no sistema educacional de um país, num determinado momento histórico; é um produto, significando os resultados obtidos da ação educativa conforme propósitos sociais e políticos pretendidos; é processo por consistir de transformações sucessivas tanto no sentido histórico quanto no de desenvolvimento da personalidade”.

A LDB nº 9.394/96 em seu artigo 1º diz que “a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais”. Estabelece também, em seu art. 2º, que a educação é dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, e que tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Quanto à educação escolar, LIBÂNEO diz:

A educação escolar constitui-se num sistema de instrução e ensino com propósitos intencionais, práticas sistematizadas e alto grau de organização, ligado intimamente às demais práticas sociais. Pela educação escolar democratizam-se os conhecimentos, sendo na escola que os trabalhadores continuam tendo a oportunidade de prover escolarização formal aos seus filhos, adquirindo conhecimentos científicos e formando a capacidade de pensar criticamente os problemas e desafios postos na realidade social. (LIBÂNEO, 1994, p.24)

A educação escolar é composta pela educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio e também pela educação superior que compõe os níveis de ensino. As modalidades de ensino como a educação profissional e tecnológica, educação de jovens e adultos e a educação especial também serão abordadas nestes itens.

Para MELLO:

Espera-se da escola, portanto, que contribua para a qualificação da cidadania, que vai além da reivindicação da igualdade formal, para exercer de forma responsável a defesa de seus interesses. Aquisição de conhecimentos, compreensão de idéias e valores, formação de hábitos de convivência num mundo cambiante e plural, são entendidas como

condições para que essa forma de exercícios da cidadania contribua para tornar a sociedade mais justa, solidária e integrada. (MELLO, 1993, p.32)

### 2.1.1. Educação Básica

O conceito de educação básica começou a ser formulado com o início da construção do projeto da LDB e com o debate desencadeado pelo processo constituinte nos anos 80. A Lei nº 9394/96 absorveu esse conceito, que faz parte de um projeto político-educativo, baseado em outra concepção de educação, construído e discutido por intelectuais e os movimentos sociais organizados, para a concretização da formação de cidadãos críticos, emancipados e transformadores de sua realidade.

Em seu art. 22, a LDB diz que “a educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores”.

A educação básica é formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio (LDB, art.21, I).

#### a) Educação Infantil

No Brasil, a Educação Infantil, somente no final dos anos 80, adquiriu *status* de serviço educacional e de direito da criança.

A Lei nº 9.394/96 afirma, em relação à educação infantil:

Art. 29. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Art. 30. A educação infantil será oferecida em:

I - creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade;

II - pré-escolas, para as crianças de quatro a seis anos de idade.

Art. 31. Na educação infantil a avaliação far-se-á mediante acompanhamento e registro do seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental.

Os fundamentos da educação infantil devem levar em conta os princípios éticos, políticos e estéticos, segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais. Os princípios éticos dizem respeito a autonomia, responsabilidade, solidariedade e respeito ao bem comum. Os princípios políticos se referem aos direitos e deveres de cidadania, ao exercício da criatividade e respeito à ordem democrática; e os princípios estéticos são a sensibilidade, criatividade, ludicidade e a diversidade das manifestações artísticas e culturais.

A Lei nº 10.172/01 que aprovou o Plano Nacional de Educação (PNE) diz que “a educação infantil é a primeira etapa da Educação Básica. Ela estabelece as bases da personalidade humana, da inteligência, da vida emocional, da socialização. As primeiras experiências da vida são as que marcam mais profundamente a pessoa. Quando positivas, tendem a reforçar, ao longo da vida, as atitudes de autoconfiança, de cooperação, solidariedade, responsabilidade”.

#### b) Ensino Fundamental

De acordo com a Constituição Brasileira, o ensino fundamental é obrigatório e gratuito. O art. 208 preconiza a garantia de sua oferta, “inclusive para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria”. É básico na formação do cidadão, pois de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em seu art. 32, o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo, constituem meios para o desenvolvimento da capacidade de aprender e de se relacionar no meio social e político. É prioridade oferecê-lo a toda população brasileira (Lei nº 10.172/01).

Segundo a LDB, Lei nº 9394/96:

Art. 32. O ensino fundamental obrigatório, com duração de 9 (nove) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante: (Redação dada pela Lei nº 11.274, de 2006)

I - o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;

II - a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;

III - o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;

IV - o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.

### c) Ensino Médio

Considerando o processo de modernização em curso no país, o ensino médio tem um importante papel a desempenhar. Tanto nos países desenvolvidos quanto nos que lutam para superar o subdesenvolvimento, a expansão do ensino médio pode ser um poderoso fator de formação para a cidadania e de qualificação profissional. (Lei nº 10.172/01).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação, afirma em relação ao Ensino Médio que:

Art. 35. O ensino médio, etapa final da educação básica, com duração mínima de três anos, terá como finalidades:

I - a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;

II - a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;

III - o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;

IV - a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina.

A partir da LDB, como no caso do Ensino Fundamental, os estabelecimentos de Ensino Médio, deveriam criar e desenvolver, com a participação da equipe docente e da comunidade, alternativas institucionais com identidade própria, voltadas para a educação do jovem. Usar de maneira ampla e sem temor as várias possibilidades de organização pedagógica, espacial e temporal. A escola de Ensino Médio precisa ser capaz de oferecer a todos que a procuram uma proposta que integre conhecimentos capazes de articular teoria e prática, pensamento e ação.

#### 2.1.2. Educação Superior

Nenhum país pode aspirar a ser desenvolvido e independente sem um forte sistema de Educação Superior. Num mundo em que o conhecimento sobrepuja os recursos materiais como fator de desenvolvimento humano, a importância da Educação Superior e de suas instituições é cada vez maior. Para que estas possam

desempenhar sua missão educacional, institucional e social, o apoio público é decisivo. (Lei nº 10.172/01).

Segundo a LDB:

Art. 43. A educação superior tem por finalidade:

I - estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;

II - formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;

III - incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;

IV - promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;

V - suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;

VI - estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;

VII - promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

### 2.1.3. Educação Profissional e Tecnológica

Segundo a Lei nº 10.172/01, há um consenso nacional: a formação para o trabalho exige hoje níveis cada vez mais altos de Educação Básica, e não pode ficar reduzida à aprendizagem de algumas habilidades técnicas, porém isso não impede o oferecimento de cursos de curta duração voltados para a adaptação do trabalhador às oportunidades do mercado de trabalho, associados à promoção de níveis crescentes de escolarização regular.

Finalmente, entende-se que a educação profissional não pode ser concebida apenas como uma modalidade de Ensino Médio, mas deve constituir uma educação continuada, que perpassa toda a vida do trabalhador. Por isso mesmo, estão sendo implantadas novas diretrizes no sistema público de Educação Profissional, associadas à reforma do Ensino Médio.

Prevê-se que a Educação Profissional, sob o ponto de vista operacional, seja estruturada nos níveis básico – independente do nível de escolarização do aluno, técnico - complementar ao Ensino Médio e tecnológico - superior de graduação ou de pós-graduação.

Em seu Art. 39, da LDB “a educação profissional e tecnológica, no cumprimento dos objetivos da educação nacional, integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia”.  
(Redação dada pela Lei nº 11.741/2008)

Para MANFREDI (2002, p.31) “no imaginário popular, acredita-se que os mais altos níveis de escolaridade estão sempre associados a melhores empregos e a profissões mais requisitadas. As relações entre trabalho, emprego, escola e profissão são muito mais complexas do que se possa imaginar, por isso requerem um esforço de reflexão mais aprofundada.”

#### 2.1.4. Educação de Jovens e Adultos

A Constituição Federal determina como um dos objetivos do Plano Nacional de Educação a integração de ações do poder público que conduzam à erradicação do analfabetismo (art. 214, I). Trata-se de tarefa que exige uma ampla mobilização de recursos humanos e financeiros por parte dos governos e da sociedade.

O PNE fala também sobre os déficits do atendimento no Ensino Fundamental, que resultaram, ao longo dos anos, num grande número de jovens e adultos que não tiveram acesso ou não lograram terminar o Ensino Fundamental obrigatório. E que não basta ensinar a ler e a escrever.

Para inserir a população no exercício pleno da cidadania, melhorar sua qualidade de vida, de fruição do tempo livre e ampliar suas oportunidades no mercado de trabalho, a educação de jovens e adultos deve compreender no mínimo, a oferta de uma formação equivalente às séries iniciais do Ensino Fundamental.

Ainda baseando-se no PNE, verifica-se que através da integração dos programas de educação de jovens e adultos com a educação profissional, poderá aumentar sua eficácia, tornando-se mais atrativos.

A LDB estabelece em relação à Educação de Jovens e Adultos que:

Art. 37. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.

§ 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

§ 2º O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.

§ 3º A educação de jovens e adultos deverá articular-se, preferencialmente, com a educação profissional, na forma do regulamento. (Incluído pela Lei nº 11.741/2008)

Os processos educativos que visam atender aos jovens e adultos são desafiados. Devem integrar em suas propostas a incorporação dos saberes, experiências e interesses dos estudantes; ampliar o autoconhecimento, a partir das dimensões cultural, social e política nas quais o objetivo maior é a formação de um cidadão participativo na construção de uma sociedade verdadeiramente democrática.

Paulo Freire em seu livro “Educação como Prática da Liberdade” começa a construir um pensamento pedagógico voltado para a Educação de Jovens e Adultos:

Pensávamos numa alfabetização direta e realmente ligada à democratização da cultura, que fosse uma introdução a esta democratização. Numa alfabetização que, por si mesmo, tivesse no homem não esse paciente do processo cuja virtude única é ter mesmo paciência para suportar o abismo entre sua experiência existencial e o conteúdo que lhe oferecem para sua aprendizagem, mas o seu sujeito. Na verdade, somente com muita paciência é possível tolerar, após as durezas de um dia de trabalho ou de um dia sem “trabalho”, lições que falam de ASA – “Pedro viu a Asa” – “A Asa é da Ave”. Lições que falam de Evas e de uvas a homens que às vezes conhecem poucas Evas e nunca comeram uvas, “Eva viu a uva”. Pensávamos numa alfabetização que fosse em si um ato de criação capaz de desencadear outros atos criadores. Numa alfabetização em que o homem, porque não fosse seu paciente, seu objeto, desenvolvesse a impaciência, a vivacidade característica dos estados de procura, de invenção e reivindicação (FREIRE, 1967, p.112).

MOURA, escreve sobre os estudos de Emilia Ferreiro como esclarecedores do processo de aquisição da leitura e escrita pelos jovens e adultos:

Ferreiro acredita estar ajudando a redefinir o que pode ser facilitador da aprendizagem e o que pode ser impedimento, além de, estar pondo em tela de juízo as proposições construídas a partir de suas próprias concepções. Enfatiza que os dados reveladores dos processos evolutivos dos adultos em relação aos conhecimentos da linguagem escrita procuram demonstrar o

que pode significar o respeito para com o sujeito da aprendizagem, os verdadeiros indicadores do que se deve respeitar, para que esse respeito, tantas vezes invocado, deixe de ser uma expressão vazia e passe a se construir num respeito baseado em dados epistemológicos concretos. (MOURA, 2006, p.95)

### 2.1.5. Educação Especial

A Lei nº 9394/96 estabelece em seu Art. 58. que: "entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

A Constituição Federal estabelece o direito das pessoas com necessidades especiais receberem educação preferencialmente na rede regular de ensino (art. 208, III). A diretriz atual é a da plena integração desses indivíduos em todas as áreas da sociedade. Trata-se, portanto, de duas questões - o direito à educação, comum a todas as pessoas, e o direito de receber essa educação sempre que possível junto com os demais indivíduos nas escolas "regulares".

Os estudos mais contemporâneos em Educação Especial apontam para a educação inclusiva e, sem dúvida, tanto do ponto de vista legal quanto dos princípios educacionais, existem muitas razões para se pensar assim. As práticas inclusivas representam uma evolução das idéias acerca da Educação Especial.

A Declaração de Salamanca ilustra a concepção de inclusão no seu sentido amplo:

Inclusão e participação são essenciais à dignidade humana e ao gozo e exercício dos direitos humanos. No campo da educação, tal se reflete no desenvolvimento de estratégias que procuram proporcionar uma equalização genuína de oportunidades. A experiência em muitos países demonstra que a integração de crianças e jovens com necessidades educacionais especiais é mais eficazmente alcançada em escolas inclusivas que servem a todas as crianças de uma comunidade (Declaração de Salamanca, 1994, p.61)

## 2.2. PRINCIPAIS EDUCADORES

A educação como um fenômeno social se constitui de vários atores que ao desempenhar seu papel contribuem para o progresso e a qualidade. Entre eles

destacam-se os seguintes educadores: Anísio Teixeira, Paulo Freire, Lev Vygotsky, Emília Ferreiro e Jean Piaget.

### 2.2.1. Anísio Espínola Teixeira

Anísio Espínola Teixeira, educador brasileiro nasceu em 12 de julho de 1900, em Caetité, na Bahia, e falecido em 11 de março de 1971, no Rio de Janeiro. Filho do médico e fazendeiro Deocleciano Pires Teixeira e Anna Souza Spínola Teixeira, iniciou seus estudos em Caetité, aos 7 anos, no Instituto São Luiz Gonzaga.

Formou-se em Direito em 1922, na antiga Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais da Universidade do Rio de Janeiro. Em 1924, recebeu o convite do governador Francisco Marques de Góes Calmon para ocupar o cargo de inspetor-geral do ensino da Secretaria do Interior, Justiça e Instrução Pública, cargo que exerceu de 19 de abril de 1924 a 1929. Nessa época nascia o educador e com essa função promoveu a reforma da instrução pública no Estado e, em abril de 1927, fez sua primeira viagem aos EUA, comissionado por lei, para estudos de organização escolar.

Em 1930, publicou a primeira tradução de dois ensaios de Dewey, que reunidos receberam o nome de *Vida e educação*, com prefácio de sua autoria.

Em 1931, foi para o Rio de Janeiro como membro da comissão encarregada dos estudos relativos à reorganização do ensino secundário no país, no Ministério da Educação e Saúde. Logo depois, assumiu, a convite do prefeito Pedro Ernesto Batista, o cargo de diretor-geral do Departamento de Educação e Cultura do Distrito Federal, cargo que lhe oportunizou uma reforma educacional para dar uma estrutura ao ensino nos vários níveis, do primário ao superior.

Fundou o Instituto de Educação em 1932, que integrou a antiga escola normal com o jardim de infância, primário e secundário em um único estabelecimento. Neste mesmo ano, casou-se com Emília Telles Ferreira (1904-1996) com quem teve quatro filhos.

No dia 1º de dezembro de 1935, por motivos políticos, pediu demissão e refugiou-se em uma fazenda de Caetité. Nos anos seguintes e que correspondem à implantação do Estado Novo – 10/11/1937 a 29/10/ 1945 – dedicou-se a atividades

empresariais, a tradução de livros e a correspondência com os amigos.

Foi conselheiro de educação superior em Londres, entre 1946 e 1947, no recém-criado Programa das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO). Retornando ao Brasil em 1947, tornou-se secretário de Educação e Saúde da Bahia, permanecendo no cargo até 1950, onde organizou os conselhos municipais de educação e fundou o Centro Educacional Carneiro Ribeiro popularmente conhecido como Escola-Parque, que proporcionava à criança uma educação ativa e integral, cuidando desde sua alimentação até a preparação para o trabalho e a cidadania. Esse modelo configura experiência inédita nos anais brasileiro da educação. Sua concepção de escola era tão inovadora que foi considerada parâmetro internacional e divulgada pela UNESCO em outros países.

Já em 1951, assumiu a Secretaria-Geral da Campanha – posterior Comissão de Aperfeiçoamento do Pessoal do Ensino Superior (CAPES – 1951-1964), órgão que impulsionou os cursos de pós-graduação.

Assumiu também em 1958, o cargo de diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), defendeu uma educação que não favorecesse apenas a classe socioeconômica privilegiada e liderou o movimento pela renovação do sistema educacional do País. Participou do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova em 1932, que preconizava a educação pública, universal, gratuita e laica.

Para conseguir a melhoria da educação pública, Teixeira iniciou uma série de levantamentos para análise detalhada das condições do ensino em cada Estado. Foi instituída a Campanha de Inquéritos e Levantamentos do Ensino Médio e Elementar (CILEME), que consistia em ver a educação em sua realidade.

Na sua gestão foram elaborados livros didáticos e guias de ensino para a distribuição maciça em todo o país. Lançou-se, então, a Campanha do Livro Didático e Manuais de Ensino (CALDEME) e cabia ao INEP a realização dos levantamentos necessários à elaboração dos livros e a sua publicação.

Em 1953, criou-se o Centro de Documentação Pedagógica (CDP) e fundou em 1955, no Rio de Janeiro, o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE), com sedes regionais, que tinha como objetivo de coordenar estudos sociológicos, antropológicos, estatísticos e históricos sobre a realidade brasileira.

Integrou, nos EUA, em 1958, uma comissão de peritos em assuntos

educacionais, especialmente escolhidos para procederem a um levantamento crítico do programa de Educação da União Pan-Americana. Nesse mesmo ano a igreja solicitou ao presidente Juscelino Kubitschek a demissão de Anísio, o que gerou protestos nos meios acadêmicos e o pedido não foi aceito.

Como diretor do INEP, promoveu cursos para professores, realizou pesquisas e aperfeiçoamento de pesquisadores.

No governo de João Goulart foi membro do Conselho Federal de Educação, sendo relator do Plano Nacional de Educação elaborado pelo CFE/62.

Tornou-se presidente da Comissão Nacional do Ensino Primário, em 1963 e ministrou durante quatro meses, como professor convidado, um curso de conferências na Universidade de Colúmbia. Foi homenageado com a outorga da Medalha de Honra por Serviços Relevantes do Teacher's College dessa Universidade.

Durante sua gestão na Capes e no Inep, proferiu e participou de muitas conferências e participou ativamente da discussão da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 4.024/61, promulgada em dezembro de 1961. Contribuiu para a criação da Universidade de Brasília, realizando seu sonho de criar uma universidade.

Foi afastado de suas funções pelo governo militar, em 1964, e aposentado compulsoriamente. Viajou para os Estados Unidos, onde lecionou como professor visitante. Retornou ao Brasil no final de 1966, onde continuou a dedicar-se à educação e permaneceu integrando o Conselho Federal de Educação (CFE – 1966-1971). Tornou-se consultor para assuntos educacionais da Fundação Getúlio Vargas (FGV-RJ – 1966-1971).

No ano 1969, publicou seus dois últimos trabalhos: *Educação e o mundo moderno e Educação no Brasil*.

Ao abordar o tema sobre a administração da educação, diz:

Há no ensino, na função de ensinar, em germen, sempre uma ação administrativa. Seja a lição, seja a classe, envolve tomada de decisões, envolve administração, ou seja, plano, organização, execução, obediente a meios e técnicas. De modo geral, o professor administra a lição ou a classe, ensina, ou seja, transmite, comunica o conhecimento, função antes artística do que técnica, e orienta ou aconselha o aluno, função antes moral, envolvendo sabedoria, intuição, empatia humana. (TEIXEIRA, 1968, p.17).

A Universidade do Rio de Janeiro lhe conferiu em 1970, a última homenagem em vida, agraciando-o com o título de professor emérito.

Em 1971, candidatou-se à Academia Brasileira de Letras (ABL). Era o candidato favorito dos imortais no dia 11 de março desse ano, numa quinta-feira, por volta de 11h30, deixou a sede da FGV, rumo ao apartamento de Aurélio Buarque de Holanda, onde não chegou. Foi encontrado morto no poço do elevador do edifício em que morava o escritor.

O Ministério da Educação e Cultura, em julho de 1973, por intermédio do ministro Jarbas Gonçalves Passarinho, conferiu-lhe *post-mortem* a Comenda da Ordem do Mérito Educativo no grau de Grande Oficial.

### 2.2.2. Paulo Reglus Neves Freire

Paulo Reglus Neves Freire, educador brasileiro, nasceu no dia 19 de setembro de 1921, no Recife, Pernambuco. Foi considerado um dos grandes pedagogos da atualidade e respeitado mundialmente. Conhecido por seu empenho em ensinar os mais pobres, Paulo Freire tornou-se uma inspiração para gerações de professores, especialmente na América Latina e na África. Isto o levou a sofrer perseguição do regime militar no Brasil (1964-1985), sendo preso e forçado ao exílio.

Em 1963 ensinou 300 adultos a ler e escrever em 45 dias, desenvolvendo assim um método inovador de alfabetização. Seu projeto educacional estava vinculado ao nacionalismo desenvolvimentista do governo João Goulart.

A respeito do método de Paulo Freire, FEITOSA afirma:

O que existe de mais atual e inovador no método de Paulo Freire é a indissociação de construção dos processos de aprendizagem da leitura e da escrita do processo de politização. O alfabetizando é desafiado a refletir sobre seu papel na sociedade, enquanto aprende a escrever a palavra sociedade, é desafiado a repensar sua história, enquanto aprende a decodificar o valor sonoro de cada sílaba que compõe a palavra história. Essa reflexão tem por objetivo promover a superação da consciência ingênua, também conhecida como consciência mágica para a consciência crítica. (FEITOSA, 1999, p.65)

Com o golpe militar foi acusado de subversão, passando 72 dias na prisão e, em seguida, partiu para o exílio. No Chile, trabalhou por cinco anos no Instituto

Chileno para a Reforma Agrária (ICIRA). Nesse período, escreveu o seu principal livro: *Pedagogia do Oprimido* (1968).

Lecionou na Universidade de Harvard (Estados Unidos) em 1969, e, na década de 1970, foi consultor do Conselho Mundial das Igrejas (CMI), em Genebra (Suíça). Junto a outros brasileiros exilados, em Genebra, criou o IDAC (Instituto de Ação Cultural), que assessorava diversos movimentos populares, em vários locais do mundo. Foi consultor educacional de países pobres, a maioria no continente africano, que viviam na época um processo de independência.

No final de 1971, Freire fez sua primeira visita a Zâmbia e Tanzânia. Em seguida, passou a ter uma participação mais significativa na educação de Guiné-Bissau, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, bem como de Angola e Moçambique.

Depois de 16 anos de exílio, em 1980, retornou ao Brasil, onde escreveu dois livros tidos como fundamentais em sua obra: *Pedagogia da Esperança* (1992) e *À Sombra desta Mangueira* (1995). Lecionou na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e em 1989, foi secretário de educação no Município de São Paulo.

Freire teve cinco filhos com a professora primária Elza Maia Costa Oliveira. Após a morte de sua primeira mulher, casou-se com uma ex-aluna, Ana Maria Araújo Freire. Com ela viveu até morrer, vítima de infarto, em São Paulo, em 1997. Freire é Doutor Honoris Causa por 27 universidades, tendo recebido prêmios como: Educação para a Paz (das Nações Unidas, 1986) e Educador dos Continentes (da Organização dos Estados Americanos, 1992).

Em sua obra *Pedagogia do Oprimido*, fez uma análise sobre a transformação social. Segundo Paulo Freire:

A pedagogia do oprimido, como pedagogia humanista e libertadora, terá dois momentos distintos. O primeiro, em que os oprimidos vão desvelando o mundo da opressão e vão comprometendo-se na práxis, com a transformação; o segundo, em que, transformada a realidade opressora, esta Pedagogia deixa de ser do oprimido e passa a ser a Pedagogia dos homens em processo permanente de libertação. (FREIRE, 1984, p.44)

### 2.2.3. Lev Semenovitch Vygotsky

Lev Semenovitch Vygotsky nasceu em 1896 em Orsha, pequena cidade perto de Minsk, a capital da Bielo-Rússia, região então dominada pela Rússia (e que só se

tornou independente em 1991, com a desintegração da União Soviética, adotando o nome de Belarus). Sua família possuía boas condições econômicas, o que lhe permitiu uma formação sólida. Ele teve um tutor particular até entrar no curso secundário e se dedicou desde cedo a muitas leituras. Coursou a faculdade de Direito. Lecionou literatura, estética e história da arte e fundou um laboratório de psicologia – área em que rapidamente ganhou destaque, graças a sua cultura enciclopédica, seu pensamento inovador e sua intensa atividade. Produziu mais de 200 trabalhos científicos, dos quais uma parte se perdeu. Coursou também filosofia e história em Moscou. Durante seus estudos secundários e universitários, Vygotsky adquiriu uma excelente formação na esfera das ciências humanas (línguas e lingüística, estética e literatura, filosofia e história).

Professor e pesquisador contemporâneo de Piaget dedicou-se nos campos da Pedagogia e Psicologia. Proferiu várias palestras em escolas, e faculdades sobre pedagogia, psicologia e literatura. Apoiou a revolução russa, por acreditar em uma sociedade mais justa sem conflito social e exploração. Construiu sua teoria tendo por base o desenvolvimento do indivíduo como resultado de um processo sócio-histórico, e enfatizou o papel da linguagem e da aprendizagem nesse desenvolvimento, o que tornou essa teoria conhecida como histórico-social.

Quanto às concepções do funcionamento do cérebro, OLIVEIRA afirma:

As concepções de Vygotski sobre o funcionamento do cérebro humano fundamentam-se em sua idéia de que as funções psicológicas superiores são construídas ao longo da história social do homem. Na sua relação do mundo, mediada pelos instrumentos e símbolos desenvolvidos culturalmente, o ser humano cria as formas de ação que o distinguem de outros animais. (OLIVEIRA, 1992, p.24)

O primeiro livro em que mostrou sua orientação definitiva para a Psicologia chamava-se Psicologia da Arte (1925).

Terminados os estudos universitários, Vygotsky se dedica a atividades intelectuais bastante variadas. Ensina psicologia e prossegue seus estudos de teoria literária e psicologia da arte.

Em Moscou, passa a partir de 1924 a ser colaborador do Instituto de Psicologia. Ele e outros colaboradores desenvolvem, durante 10 anos, sua teoria histórico-cultural dos fenômenos psicológicos. Inicialmente ignorado-a, hoje sua obra pode ser encontrada nos trabalhos de Levitin (1982), Luria (1979), Mecaci (1983),

Rivière (1984), Schneuwly y Bronckart (1985), Valsiner (1988) e na antologia de textos de Vygotsky em seis volumes ( Vygotsky, 1982-1984).

Em 1925, quando já sofria da tuberculose que o mataria em 1934, publicou *A Psicologia da Arte*, um estudo sobre Hamlet, de William Shakespeare, cuja origem é sua tese de mestrado.

#### 2.2.4. Emília Ferreiro

Emília Ferreiro (1937), psicóloga e pesquisadora Argentina, radicada no México, fez seu doutorado na Universidade de Genebra, sob a orientação de Jean Piaget e dentro da linha de pesquisa inaugurada por Hermine Sinclair, que Piaget chamou de psicolingüística genética, desenvolveu os seus estudos.

Trabalha atualmente no Departamento de Investigações Educativas que pertence ao Centro de Investigações e Estudos avançados do Instituto Politécnico Nacional do México e seus estudos têm importante repercussão sobre a educação.

Em seu livro *Psicogênese da língua Escrita* (1986), ela e Ana Teberosky, descrevem os estágios pelos quais as crianças passam até compreender o ler e o escrever. Este livro revolucionou o conhecimento que se tinha sobre a aquisição da leitura e da escrita.

Ferreiro tem outras importantes obras publicadas, realizadas em países como o Brasil, México, Venezuela e Argentina, como “*Los procesos de lectura y escritura*”, em que mostra uma pesquisa feita com cerca de mil crianças em que se diferenciou oito níveis de conceitualização de sua escrita e “*La Alfabetización em proceso*” (1985).

Sua linha de trabalho tem o aluno como agente principal no processo de aprendizagem, centrada em alguns aspectos como a sua cognição e características afetivas, sempre levando em conta o seu desenvolvimento em ambiente coletivo e a sua identificação sócio-cultural. Como um ser que pensa, a criança é capaz de sugerir hipóteses, de testá-las, e de criar sistemas interpretativos do mundo. Com base nisso, as justificativas que procuravam explicar o fracassado quadro educacional brasileiro, como: carência nutricional, falta de estímulo intelectual, carência cultural, ou mesmo problemas psiconeurológicos e deficiência lingüística

não são motivos de primeira ordem para explicitar as dificuldades dos alunos.

Outra indagação em seu estudo é sobre o uso da cartilha, a qual ignora que a alfabetização também se explica por variáveis sociais, culturais, políticas e psicolinguísticas. Para Ferreiro, o método tradicional também pecava por desconsiderar a função social do texto: O que escrever? Para que escrever? O que seria o gênero, a estrutura e quem seriam os destinatários do texto?

Em 1992, recebe o título de Doutor Honoris Causa da Universidade de Buenos Aires; em 1999, pela Universidade Nacional de Córdoba (Argentina); em 2000 pela Universidade Nacional de Rosário (Argentina), em 2003 pela universidade de Comahue (Argentina) e Atenas (Grécia).

No Brasil, em 1994, recebe da Assembléia Legislativa da Bahia a medalha "libertador da Humanidade" que anteriormente fora atribuída ao líder sul-africano Nelson Mandela e ao educador brasileiro Paulo Freire; em 1995, foi novamente homenageada com o título de Doutor Honoris Causa atribuído pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) e em 2001 recebe do governo brasileiro a Ordem Nacional do Mérito educativo.

#### 2.2.5. Jean Piaget

Jean Piaget nasceu em 9 de agosto de 1896 na cidade de Neuchâtel, na Suíça. Era filho de Arthur Piaget, professor de Literatura Medieval na Universidade de Neuchâtel, e de Rebecca Jackson. Principal representante da psicologia da aprendizagem, que centra suas investigações nas estruturas cognitivas, Piaget e seus estudos foram especialmente significativos para a psicopedagogia. Estudou Ciências Naturais na Universidade de Neuchâtel.

Em 1918 torna-se doutor, defendeu sua tese sobre moluscos e mudou-se para Zurique para estudar Psicologia (principalmente psicanálise). Vai para França, em 1919, onde realiza estudos experimentais de psicologia do desenvolvimento. Ingressa na Universidade de Paris. É convidado a trabalhar com testes de inteligência infantil. A convite do psicólogo da educação Edouard Claparède (Escola Nova) passa a fazer suas pesquisas no Instituto Jean-Jacques Rousseau, em Genebra, destinado à formação de professores.

Seu primeiro livro *A Linguagem e o Pensamento da Criança* foi lançado em 1923.

Em 1924, casou com Valentine Châtenay; uma de suas assistentes, com quem teve três filhos: Jacqueline (1925), Lucienne (1927) e Laureni (1931). Piaget lecionou Psicologia, História da ciência e Sociologia em Neuchâtel. Em Genebra passou a ensinar História do Pensamento Científico e assumiu o Gabinete Internacional de Educação (dedicado a estudos pedagógicos).

Nos anos 30, escreveu vários trabalhos sobre as primeiras fases do desenvolvimento, muitos deles inspirados na observação de seus três filhos. Em termos psicológicos, a sua investigação tem por objetivo central o estudo dos dispositivos que o indivíduo utiliza para perceber o mundo.

Participa, em 1946 da elaboração da Constituição da UNESCO, órgão das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura. Torna-se membro do conselho executivo e é várias vezes subdiretor geral, responsável pelo Departamento de Educação.

Publica, em 1950 a primeira síntese de sua teoria do conhecimento: *Introdução à Epistemologia Genética* e em 1952, é convidado a lecionar na Universidade de Sorbonne, em Paris, sucedendo ao filósofo Merleau-Ponty.

Em Genebra (1955), funda o Centro Internacional de Epistemologia Genética, destinado a realizar pesquisas interdisciplinares sobre a formação da inteligência e no ano de 1967, escreve a principal obra de sua maturidade: *Biologia e Conhecimento*.

Segundo Piaget: "A inteligência humana somente se desenvolve no indivíduo em função de interações sociais que são em geral, demasiadamente negligenciadas". Piaget faleceu no dia 16 de Setembro de 1980, em Genebra.

### 2.3. PRINCIPAIS CONCEITOS DE ENSINO

A articulação entre o ensino e a aprendizagem, a seleção de conteúdos relevantes e as metodologias a serem adotadas fazem parte dos processos de socialização dos saberes que são múltiplos e complexos, pois a apropriação do

conhecimento pode ser vista como objetivo comum tanto do ensino como da aprendizagem.

A sala de aula deve ser um espaço de busca de significados, de produção de conhecimento, de compartilhamento de vivências e de ação, onde o professor como mediador e orientador.

A LDB define em seu artigo 3º os princípios do ensino:

Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:  
I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;  
II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;  
III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas;  
IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;  
V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;  
VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;  
VII - valorização do profissional da educação escolar;  
VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;  
IX - garantia de padrão de qualidade;  
X - valorização da experiência extra-escolar;  
XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais

O principal objetivo de estudar os conceitos de ensino é contribuir para a melhoria do processo ensino-aprendizagem, por meio de uma compreensão reflexiva e crítica, em que o processo de ensino é uma atividade conjunta de professores e alunos.

Serão apresentados alguns conceitos importantes de ensino segundo Moran, Libâneo, Lück, Saviani e Gómez.

### 2.3.1. Conceito de ensino, segundo JOSÉ MANUEL MORAN

Há uma preocupação com ensino de qualidade mais do que com educação de qualidade, afirma Moran (2007), em que ensino e educação são conceitos diferentes.

Enquanto no ensino organiza-se uma série de atividades didáticas para ajudar os alunos a compreender áreas específicas do conhecimento, na educação o foco, além de ensinar, é ajudar a integrar ensino e vida, conhecimento e ética, reflexão e ação. Assim é possível ter uma visão de totalidade, em que o grande desafio é

caminhar para um ensino e uma educação de qualidade, que integre todas as dimensões do ser humano.

Para MORAN:

Ensinar é um processo social (inserido em cada cultura, com suas normas, tradições e leis), mas também é um processo profundamente pessoal: cada um de nós desenvolve um estilo, seu caminho, dentro do que está previsto para a maioria. A sociedade ensina. As instituições aprendem e ensinam. Os professores aprendem e ensinam. Sua personalidade e sua competência ajudam mais ou menos. Ensinar depende também de o aluno querer aprender e estar apto a aprender em determinado nível (depende da maturidade, da motivação e da competência adquirida). (MORAN, 2007, p. 13)

Acrescenta ainda, que o ensino de qualidade envolve muitas variáveis, com uma organização inovadora, aberta, dinâmica, com projeto pedagógico coerente e participativo; com infra-estrutura adequada; tecnologias; docentes bem preparados que tenham uma relação efetiva com os alunos, conhecendo-os, orientando-os, acompanhando-os e alunos motivados, preparados, capacitados a um gerenciamento pessoal e grupal.

### 2.3.2. Conceito de ensino, segundo JOSÉ CARLOS LIBÂNEO

Segundo LIBÂNEO,

a tarefa principal do professor é garantir a unidade didática entre ensino e aprendizagem, através do processo de ensino. Ensino e aprendizagem são duas facetas de um mesmo processo. O professor planeja, dirige e controla o processo de ensino, tendo em vista estimular e suscitar a atividade própria dos alunos para a aprendizagem. (LIBÂNEO, 2004, p.81)

LIBÂNEO (1994, p. 23) afirma ainda em relação ao ensino que “o ensino corresponde a ações, meios e condições para realização da instrução; contém, pois a instrução (...). Cumpre acentuar, entretanto, que o ensino é o principal meio e fator da educação – ainda que não o único – e, por isso, destaca-se como campo principal da instrução e educação”.

De acordo com o autor (1994), “ensino é um processo que envolve uma atividade conjunta de professores e alunos, organizado sob a direção do professor, com a finalidade de prover as condições e meios pelos quais os alunos assimilam ativamente conhecimentos, habilidades, atitudes e convicções”.

### 2.3.3. Conceito de ensino, segundo HELOÍSA LÜCK

Para Lück, o ensino está associado ao trabalho da liderança no ambiente escolar:

O ensino de qualidade, orientado para que todos os alunos aprendam o máximo possível, demanda uma cultura escolar onde haja diálogo, confiança, respeito, ética, profissionalismo (fazer bem feito e melhorar sempre), espírito e trabalho de equipe, proatividade, gosto pela aprendizagem, equidade, entusiasmo, expectativas elevadas, autenticidade, amor pelo trabalho, empatia, dentre outros aspectos. (LÜCK, 2008, p. 31)

Lück enfatiza, também, a importância do gestor escolar em estabelecer e manter um elevado nível de expectativas a respeito da educação; da possibilidade de melhoria contínua de seu trabalho e no bom resultado da aprendizagem dos alunos e sua formação. Acrescenta ainda que “todos sabem que bons resultados não acontecem por milagre ou por acaso, mas por força de uma ação orientada por uma crença de que ela produzirá bons resultados”. (LÜCK, 2008, p.115).

### 2.3.4. Conceito de ensino, segundo DERMEVAL SAVIANI

Ao abordar a questão do ensino, Saviani descreve que enquanto o chamado método tradicional articulava o ensino como produto da ciência, já compendiados, sistematizados e incorporados ao acervo cultural da humanidade o movimento da Escola Nova tentou articular o ensino com o processo de desenvolvimento da ciência.

De acordo com SAVIANI:

O ensino tradicional centra-se no professor, nos conteúdos e no aspecto lógico, isto é, centra-se no professor, o adulto, que domina os conteúdos logicamente estruturados, organizados, enquanto os métodos novos centram-se no aluno (nas crianças), nos procedimentos e no aspecto psicológico, isto é centram-se nas motivações e interesses da criança em desenvolver os procedimentos que a conduzam à posse dos conhecimentos capazes de responder às suas dúvidas e indagações. (SAVIANI, 2002, p.46).

Ressalta ainda, que nos métodos novos, surgidos a partir da Escola Nova, privilegiam-se os processos de obtenção de conhecimentos, onde o ensino seria uma atividade que, suscitando determinado problema, provocaria o levantamento

dos dados, a partir dos quais seriam formuladas as hipóteses explicativas do problema em questão, empreendendo alunos e professores, conjuntamente, a experimentação, que permitirá confirmar ou rejeitar as hipóteses formuladas.

Nos métodos tradicionais, privilegiam-se os métodos de transmissão de conhecimentos.

### 2.3.5. Conceito de ensino segundo A. I. Pérez Gómez

Segundo A. I. Pérez Gómez no livro: “Compreender e transformar o ensino”, tendo por base o artigo de Scardamalia e Bereiter (1989), é possível distinguir quatro concepções de ensino: o ensino como transmissão cultural; o ensino como treinamento de habilidades, o ensino como fomento do desenvolvimento natural e o ensino como produção de mudanças conceituais.

#### a) O ensino como construção cultural

A humanidade, ao longo da história foi produzindo conhecimento cada vez mais complexo que pode ser conservado, acumulado e transmitido às futuras gerações.

Segundo GÓMEZ (1998, p.67): “o desenvolvimento do conhecimento ocasionou a especialização disciplinar, de modo que o conhecimento que se considera mais válido na atualidade encontra-se nas disciplinas científicas, artísticas e filosóficas” e, por isso, a função social da escola é transmitir às novas gerações a cultura e o conhecimento acumulado.

GÓMEZ (1998, p.68) considera que “o problema principal que se coloca para este enfoque é a distinta natureza do conhecimento elaborado que se aloja nas disciplinas e do conhecimento incipiente que a criança desenvolve para interpretar e enfrentar os desafios de sua vida cotidiana. (...) Daí que à frente da exigência escolar da aprendizagem dos conteúdos disciplinares não pode senão incorporá-los de maneira arbitrária, memorialística, superficial ou fragmentária”.

Se o conhecimento não é significativo e não tem relação com o cotidiano da vida e da cultura do aprendiz, também não tem a qualidade da aprendizagem e facilmente é esquecido.

b) O ensino como treinamento de habilidades

A sociedade do mundo pós industrial, com o advento da era digital e a tecnologia povoando as famílias e o espaço escolar, considera o conhecimento como uma “etapa passageira que rapidamente é substituída por outra”. Nesse sentido o conhecimento atual muitas vezes não tem relação com o precedente, pois o mesmo desenvolveu-se em função de uma necessidade atual, que exige desenvolvimento e treinamento de habilidades formais.

Referindo-se a essa questão, GÓMEZ (1998, p.68) afirma: “O problema principal que se coloca para o enfoque de treinamento de habilidades na escola é a necessidade de vincular a formação de capacidades aos conteúdos e ao contexto cultural em que essas habilidades e tarefas adquirem significado”.

Nas políticas públicas em nosso país tem perpassado várias tendências e historicamente não temos pesquisas revelando os resultados de tal posicionamento. Há alguns anos, o MEC assumiu e encaminhou às escolas a visão dos PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais), os quais pretendiam desenvolver as competências e habilidades necessárias ao mercado de trabalho e à sociedade, mas atualmente estão sendo questionados, pois de alguma maneira produziram efeitos de fragmentação nos conhecimentos, conteúdos e disciplinas.

Por outro lado, o desenvolvimento de habilidades, precisa estar relacionado aos conteúdos disciplinares produzidos em sua área de atuação e relacionado com o conhecimento já produzido.

c) O ensino como fomento do desenvolvimento natural

Esta perspectiva foi considerada por Gómez “porque de certa forma, impregna o pensamento pedagógico de muitos docentes e de muitos pais”.

Refere-se também a Rousseau que em sua teoria descreveu a importância e força das disposições naturais do indivíduo para a aprendizagem e assim embasa este aspecto de que deve-se respeitar o crescimento e desenvolvimento espontâneo da criança.

GÓMEZ (1998, p. 69) afirma que “o desenvolvimento do homem ao longo da evolução histórica e de seu crescimento individual é um desenvolvimento condicionado pela cultura, pelas interações sociais e materiais com o mundo físico, simbólico, das idéias e dos afetos. A espécie humana é o resultado desta complexa história de intercâmbios e interações”.

Esta perspectiva naturalista dá a oportunidade da escola, gestores e docentes, promoverem o equilíbrio entre as tendências, pois é um contraponto à tecnologia e também ao “treinamento” que muitas vezes ocorre no processo de ensino e de aprendizagem.

As tendências naturais e a influência da cultura não podem ser neutralizadas nem esquecidas, mas a organização pedagógica com a clareza dos objetivos previstos pode evitar que o naturalismo faça crescer a injustiça social e favoreça a reprodução das desigualdades e diferenças originais.

#### d) O ensino como produção de mudanças conceituais

Um aspecto do ensino que este enfoque apóia-se é o “processo dialético de transformação”, no qual o aluno é considerado como um ativo processador da informação que assimila, e o professor, um instigador deste processo. Por isso, a importância está no pensamento, na capacidade e no interesse do aluno e não na estrutura das disciplinas científicas.

Segundo GÓMEZ (1998, p.70) “(...) pode-se considerar o ensino como um processo que facilita a transformação permanente do pensamento, das atitudes e dos comportamentos dos alunos/ as provocando a comparação de suas aquisições mais ou menos espontâneas em sua vida cotidiana com as proposições das disciplinas científicas, artísticas e especulativas e também estimulando sua experimentação na realidade”.

## 2.4. PRINCIPAIS METODOLOGIAS UTILIZADAS NO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM

Para citar as principais metodologias no processo ensino-aprendizagem, é necessário definir o conceito de método.

Para LIBÂNEO:

o conceito mais simples de “método” é o de caminho para atingir um objetivo. Na vida cotidiana estamos sempre perseguindo objetivos. Mas estes não se realizam por si mesmos, sendo necessária a nossa atuação, ou seja, a organização de uma seqüência de ações para atingí-los. Os métodos são, assim, meios adequados para realizar objetivos. (LIBÂNEO, 1994, p.150)

Acrescenta ainda, que “no trabalho docente, o professor seleciona e organiza vários métodos de ensino e vários procedimentos didáticos em função das características de cada matéria (p.160).

Em seu livro “Didática”, José Carlos Libâneo classifica os métodos de ensino em: Método da exposição pelo professor; Método do trabalho independente; Método da elaboração conjunta; Método do trabalho em grupo e Atividades especiais.

### 2.4.1. Método da exposição pelo professor

Afirma que neste método, os conhecimentos, habilidades e tarefas são apresentadas, explicadas ou demonstradas pelo professor e a atividade dos alunos é receptiva, embora não necessariamente passiva. Diz também, que o método expositivo é bastante utilizado nas escolas, apesar das críticas, principalmente por não levar em conta o princípio da atividade do aluno e que apesar desta limitação, é um importante meio de obter conhecimentos.

Entre as formas de exposição, menciona a exposição verbal, a demonstração, a ilustração e a exemplificação. Essas formas, segundo o autor, em geral, podem ser conjugadas possibilitando o enriquecimento da aula expositiva.

#### 2.4.2. Método do trabalho independente

Para Libâneo o método do trabalho independente dos alunos consiste de tarefas, dirigidas e orientadas pelo professor, para que os alunos resolvam de modo relativamente independente e criador. Afirma ainda que esse método pressupõe determinados conhecimentos, compreensão da tarefa e do seu objetivo, o domínio do método de solução, de modo que os alunos possam aplicar conhecimentos e habilidades sem a orientação direta do professor. Além disso, é importante ressaltar que o aspecto mais importante do trabalho independente é a atividade mental dos alunos.

O autor também destaca que para que o trabalho independente seja, de fato, um método pedagógico, é preciso que seja planejado em correspondência com os objetivos, conteúdos e outros procedimentos metodológicos. Ele pode ser adotado em qualquer momento da sequência da unidade didática ou aula, como tarefa preparatória, tarefa de assimilação do conteúdo ou como tarefa de elaboração pessoal.

#### 2.4.3. Método da elaboração conjunta

Libâneo diz que a elaboração conjunta é uma forma de interação ativa entre o professor e os alunos e visa à obtenção de novos conhecimentos, habilidades, atitudes e convicções, bem como a fixação e consolidação de conhecimentos e convicções já adquiridos. Afirma ainda, que o método da elaboração conjunta aplica-se em vários momentos do desenvolvimento da unidade didática, seja na fase inicial de introdução e preparação para estudo do conteúdo, seja no decorrer da fase de organização e sistematização, ou ainda, na fase de fixação, consolidação e aplicação.

A elaboração conjunta, segundo o autor, supõe um conjunto de condições prévias: a incorporação pelos alunos dos objetivos a atingir, o domínio de conhecimentos básicos ou a disponibilidade pelos alunos de conhecimentos e experiências que, mesmo não sistematizados, são pontos de partida esse trabalho. Acrescenta ainda, que seu caráter pedagógico-didático está no fato de que tem

como referência um tema de estudo determinado, supondo-se que os alunos estejam aptos a conversar sobre ele. Não se trata, pois, de começar do zero, nem se trata de uma atividade baseada apenas naquilo que interessa, momentaneamente, aos alunos.

#### 2.4.4. Método do trabalho em grupo

Segundo Libâneo, o método do trabalho em grupos ou aprendizagem em grupo consiste basicamente em distribuir temas de estudo iguais ou diferentes a grupos fixos ou variáveis. Esse tipo de atividade tem sempre um caráter transitório, ou seja, deve ser empregado eventualmente, conjugado com outros métodos de exposição e de trabalho independente. Acrescenta também que dificilmente será bem sucedido se não tiver uma ligação orgânica entre a fase de preparação e organização dos conteúdos e a comunicação dos seus resultados para a classe toda.

Partindo desse pressuposto, a finalidade principal do trabalho em grupo é obter a cooperação dos alunos entre si na realização de uma tarefa. Para que cada membro do grupo possa contribuir na aprendizagem comum, é necessário que todos estejam familiarizados com o tema em estudo. Por essa razão, exige-se que a atividade grupal seja precedida de uma exposição, conversação introdutória ou trabalho individual.

#### 2.4.5. Atividades especiais

Libâneo denomina de atividades especiais aquelas que complementam os métodos de ensino e que concorrem para a assimilação ativa dos conteúdos. Cita como exemplo, o estudo do meio, o jornal escolar, a assembléia de alunos, o museu escolar, o teatro, a biblioteca escolar etc.

Considera o estudo do meio, mais que uma técnica didática, um componente do processo de ensino pelo qual a matéria de ensino (fatos, acontecimentos, problemas, idéias) é estudada no seu relacionamento com fatos sociais a ela anexos.

O autor faz uma citação do professor BALZAN (in Castro, 1976) que diz que o estudo do meio é um instrumento metodológico que leva o aluno a tomar contato com o complexo vivo, com o conjunto significativo que é o próprio meio físico e social. É uma atividade não apenas física, mas principalmente mental, de elaboração, que apela para conhecimentos e habilidades já adquiridos e enriquece, de modo que o aluno volte à escola modificado, mais rico em conhecimentos e experiências.

## 2.5. APRENDIZAGEM = ATO DE CONHECER

Ao longo da história, vários pensadores, educadores e psicólogos refletiram, discutiram e organizaram algumas questões de como o conhecimento é adquirido e por consequência o que é a aprendizagem.

Torna-se importante resgatar a origem do termo “aprendizagem que corresponde aqui, ao “ato de aprender”. O termo aprender provém do latim “*apprehendere*” que significa segurar, apanhar, agarrar, apoderar-se e leva-nos a compreender que a aprendizagem é o ato de conhecer, prender.

Mas, a aprendizagem também pode ser pensada como processo de construção do conhecimento e para cada conceito existem diferenças epistemológicas no desenvolvimento das teorias da aprendizagem, sua relação e sua função na educação.

Segundo HENTZ (1998, p.14) sobre as concepções de aprendizagem pode-se afirmar que, desde a antiguidade, duas concepções básicas convivem e, em diferentes momentos, cada uma delas ganha relevo, em detrimento da outra, que é minimizada. Há diferentes referências a estas concepções. Atualmente é mais usual chamá-las de inatismo (gestaltismo) e empirismo (behaviorismo, ambientalismo).

A concepção que defende o inatismo entende que o conhecimento que temos, nasce conosco, que é inato. Esta concepção teve seu início entre 1596-1650 e seu principal elaborador foi Descartes. Para ele as idéias claras e distintas, são ideias gerais que não derivam do particular, mas já se encontram no espírito como instrumentos de fundamentação para apreensão de outras verdades.

Por outro lado, a concepção que defende o empirismo, entende que todo o conhecimento que cada um tem é adquirido a partir da experiência, através dos sentidos. Para ARANHA (1996 p. 129), “Dessa forma, o conhecimento somente começa após a experiência sensível. Daí sua teoria ser conhecida como empirismo, termo cuja origem é a palavra grega “*empeiria*”, que significa experiência.

A evolução do conhecimento na humanidade bem como a reflexão sobre esta realidade tem uma história longa com registro em várias concepções de ensino, método e formas de conhecimento.

Na concepção tradicional, a inteligência é uma só, inata e geral. Nesta concepção a inteligência pode ser definida como “uma capacidade” de resolver, de maneira criativamente nova e original, os problemas da situação, isto é, do meio em que vive” (TELES, 1991, p. 160)

A discussão a respeito da aprendizagem também remete ao estudo e reflexão de como a inteligência obtém seu desenvolvimento, objeto de interação na perspectiva educacional.

A teoria de Gardner (1985) é uma alternativa para o conceito tradicional de inteligência. Howard Gardner iniciou seus estudos a respeito das Inteligências Múltiplas como integrante de um grupo de pesquisas sobre “A Natureza do Potencial Humano”. Pesquisador formado em Psicologia do Desenvolvimento, em inteligência e desenvolvimento infantil e adulto com danos cerebrais, tinha como tarefa falar sobre a cognição humana nesta proposta de pesquisa.

Gardner optou por chamar de Inteligências Múltiplas sua concepção e estudos sobre a inteligência. Afirma que se tivesse dito simplesmente que os homens tem diferentes talentos seu livro teria passado despercebido. No entanto, ao falar de “inteligências múltiplas”, no sentido de que existe um número desconhecido de capacidades humanas diferenciadas, e variam desde inteligência musical até a inteligência interpessoal levou muitos estudiosos a darem atenção a sua teoria.

Gardner acreditava que sua obra seria de interesse para a área da psicologia do desenvolvimento, para aqueles que estudavam a inteligência numa perspectiva piagetiana, ou na perspectiva da construção e medição dos testes. No entanto, a obra não despertou muito interesse nessa disciplina, mas logo foi muito estudada (ou apareceram muitos interessados) na área da educação.

Após 1983, a primeira publicação de “Estruturas da Mente”, Gardner dedicou boa parte de seu tempo ao estudo e exploração das implicações educacionais da teoria das inteligências múltiplas e fez uma abordagem teórica baseado em seus estudos na ciência cognitiva ( estudo da mente) e na neurociência (estudo do cérebro).

Gardner demonstrou, porém, que as demais faculdades também são produto de processos mentais e que não há motivo para diferenciá-las do que geralmente se considera inteligência. Desta forma, ampliou o conceito de inteligência, que em sua opinião pode ser definida como “a capacidade de resolver problemas ou elaborar produtos valorizados em um ambiente cultural ou comunitário”.

O psicólogo estabeleceu vários critérios para que uma inteligência seja considerada como tal, desde sua possível manifestação em todos os grupos culturais até a localização de sua área no cérebro. Ele próprio identificou sete inteligências, mas não considera este número definitivo. Atualmente defende-se a classificação da habilidade de desenhar como uma oitava inteligência.

Os sete tipos de inteligências mais aceitos até o momento são:

- inteligência lingüística;
- inteligência lógico-matemática
- inteligência corporal-cinestésica
- inteligência musical
- Inteligência visual-espacial
- inteligência interpessoal
- inteligência intrapessoal

Gardner atualmente estuda outras inteligências, uma chamada naturalista, que está associada à capacidade humana de reconhecer objetos na natureza e a sua relação com a vida humana, e, outra considerada a transcendental, que está ligada ao entendimento além do corpóreo, o transcendente, é a inteligência dos místicos, religiosos, entre outros. A partir da teoria de Howard Gardner, o professor Nilson José Machado, da USP, propõe a inteligência pictórica que está associada à capacidade de desenhar. O desenho é uma forma importante de se expressar e é a primeira utilizada pela criança.

Certamente, a inteligência não se desenvolverá de maneira isolada, exceto numa pessoa incomum, então se torna necessário focalizar os papéis ou situações onde a inteligência ocupa um papel central. Além disso, é possível identificar níveis discrepantes de perícia no desenvolvimento de uma inteligência, variando dos inícios universais dos quais todo novato passa, até níveis de competência cada vez mais elevados que podem estar visíveis apenas em indivíduos com talento incomum e/ou formas especiais de treinamento.

Os estilos de aprendizagem utilizam 03 formas de percepção de informação e são elas:

- Visual: faz uso da visão como meio de obter e reter as informações;
- Auditivo: vale-se da audição para absorver informações;
- Cinestésico: aproveita-se dos sentidos relacionados ao movimento para guardar informações.

Cada indivíduo, em regra, tem predominância em um deles (predominância, e não totalidade). Conhecer-se para saber qual o estilo predominante auxiliará e muito para que as escolas, os educadores e alunos obtenham mais sucesso.

## 2.6. ASPECTOS CONCEITUAIS DE EFICIÊNCIA E EFICÁCIA

Existem palavras que ganham significado novo dependendo de onde são usadas. Este é o caso de:

### 2.6.1. Eficiência

Segundo o dicionário Aurélio "eficiência é a ação, força, virtude de produzir um efeito; eficácia".

De acordo com CHIAVENATO (2005, p.87), a eficiência está voltada para a melhor maneira pela qual as coisas devem ser feitas a fim de que os recursos sejam aplicados da forma mais racional possível ênfase nos métodos e procedimentos

Na área educacional os recursos, pessoas, máquinas, equipamentos precisam estar envolvidos e aplicados de forma mais racional.

A eficiência não se preocupa com os fins, mas com os meios.

Como medida de alcance dos objetivos, visando à eficiência faz-se necessária a análise e avaliação das políticas públicas relacionadas ao planejamento e gestão dos meios necessários à eficiência organizacional na escola.

### 2.6.2. Eficácia

No dicionário Aurélio encontra-se o conceito de eficácia como sendo “qualidade ou propriedade de eficaz; eficiência”,

Segundo CHIAVENATO (2005, p.87) “a eficácia é uma medida do alcance de resultados. A eficácia de uma organização refere-se à sua capacidade de satisfazer uma necessidade da sociedade por meio da oferta de produtos – sejam bens ou serviços”.

Na área educacional a eficácia é alcançada quando atinge aos seus objetivos, há liderança e inovação na instituição educacional, obtém resultados satisfatórios no processo ensino-aprendizagem e quando atende às necessidades da sociedade em geral e do aluno em particular.

### 2.6.3. Diferença entre Eficiência e Eficácia

Ambas as palavras possuem o mesmo radical, “*efic*”, que vem do latim, e passa um significado de qualidade, de correção, de coisa certa. Porém, é no sufixo que elas diferem e é, justamente, aí que mora a grande diferença entre elas. E o entendimento desta sutil, mas importantíssima diferença é que separa o bom profissional do ótimo profissional.

Peter Drucker, diz que “eficiência é fazer certo as coisas e eficácia são as coisas certas”. Partindo para o campo dos sufixos, chega-se na mesma conclusão que ele chegou. Na palavra “eficiência”, o sufixo “ência” remete a um modo, a uma característica, a uma maneira de fazer algo. Por exemplo, ter “consciência” é fazer algo conscientemente; ter “paciência” é fazer algo pacientemente; logo, ter “eficiência” é fazer alguma coisa eficientemente, ou melhor, corretamente, “fazer certo as coisas”. No termo “eficácia”, o sufixo, “ácia”, quer dizer que a palavra é um substantivo, logo é uma coisa, Por exemplo, “audácia” que é algo audacioso,

impetuoso, levando a entender que o termo “eficácia” vem ao encontro do significado de algo com qualidade, alguma coisa correta, “as coisas certas”.

Um profissional pode ser eficiente, mas não ser eficaz. Só que, muito dificilmente, ele será eficaz se não for eficiente. Pois, um profissional, que seja eficiente, fará suas tarefas corretamente, seguindo uma lógica, dentro do considerado normal, implicando que domine, completamente, as tarefas que lhe são designadas. Quando o mesmo realizar estas tarefas eficientemente, provavelmente, alcançará a eficácia, obtêm o resultado, isto é, alcança, no final, a coisa certa, o resultado, a missão. Mas, para as coisas certas acontecerem, implicam vários fatores, inclusive o de ser eficiente. Ao realizar as tarefas na busca desse objetivo, há a possibilidade de a missão não ser cumprida, da coisa certa não ser alcançada.

## 2.7. GESTÃO ESCOLAR

A gestão escolar vem evoluindo. Tradicionalmente era a gestão centralizada e autoritária que predominava nas escolas. Hoje é a gestão participativa, que valoriza a capacidade das pessoas de tomarem decisões e resolverem problemas, valorizando a coletividade. A Constituição Federal de 1988 determina em seu art. 205, VI, que “o ensino será ministrado com base no princípio da gestão democrática”. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação em seu artigo 3º, inciso VIII e nos artigos 12, 14 e 15 também trata da democratização do ensino.

Os elementos fundamentais na construção da gestão escolar democrática, postulados na legislação brasileira, são a participação dos profissionais e da comunidade escolar, a elaboração do projeto político pedagógico, a autonomia pedagógica, administrativa e financeira da escola.

LIBÂNEO, afirma:

Os processos de gestão e administração da escola implicam uma ação coordenada da direção, coordenação pedagógica e professores, cada um cumprindo suas responsabilidades no conjunto da ação escolar. Os processos de participação democrática incluem não apenas o envolvimento coletivo na tomada de decisões, como também os meios de articulação da escola com órgãos da administração do sistema escolar e com as famílias. (LIBÂNEO, 2004, p. 45)

A gestão vem progredindo democraticamente e durante os últimos anos pode-

se perceber uma evolução com características próprias da sociedade e de cada época.

O conceito de gestão está associado à participação responsável de todos nas discussões e decisões, colocando-as em prática. Acompanhar e avaliar o processo educacional pedagogicamente fortalece o comprometimento coletivo com os resultados educacionais para que sejam cada vez mais efetivos e mobiliza o talento humano coletivamente organizado, de forma a agregar as diversidades e as diferenças.

Segundo artigo publicado por MELLO:

A capacidade de gestão é pré-requisito para fortalecimento da escola e o exercício de sua autonomia. Essa capacidade, no entanto, não é algo que se pode criar de imediato, implica um processo de aprendizagem de equipe e em condições institucionais mínimas. Entre essas condições, a existência de pessoal de apoio administrativo e principalmente de um núcleo relativamente estável de professores é indispensável. A escola precisa de tempo para consolidar sua proposta de trabalho, identificar falhas e aprender com elas, promover ajustes. Estudos sugerem que um dos aspectos que parecem influenciar a aprendizagem do aluno é o tempo de experiência que a escola tem com uma equipe razoavelmente estável. (MELLO, 1991, s/p)

A gestão escolar constitui uma dimensão e um enfoque de atuação que objetiva promover a organização, a mobilização e a articulação de todas as condições materiais e humanas necessárias para garantir o avanço dos processos socioeducacionais dos estabelecimentos de ensino. Orientados para a promoção efetiva da aprendizagem os alunos tornar-se-ão capazes de enfrentar adequadamente os desafios da sociedade globalizada e da economia centrada no conhecimento.

Por promoção, entende-se, pois, a realização de objetivos avançados, de acordo com as novas necessidades de transformação socioeconômica e cultural, mediante a dinamização da competência humana, sinergicamente organizada.

### 2.7.1. Gestão Pedagógica, Administrativa e de Recursos Humanos

As gestões pedagógica, administrativa e de recursos humanos correspondem a uma formulação teórica, explicativa, pois, na realidade escolar, as três não podem

ser separadas, mas devem atuar integradamente, de forma a garantir a organicidade do processo educativo.

Suas especificidades estão enunciadas no Regimento Escolar e no Projeto Pedagógico (também denominado Proposta Pedagógica) da escola. Parte do Plano Escolar (ou Plano Político Pedagógico de Gestão Escolar) também inclui elementos da gestão pedagógica: objetivos gerais e específicos, metas, plano de curso, plano de aula, avaliação e treinamento da equipe escolar.

O Diretor é o grande articulador da Gestão Pedagógica e o primeiro responsável pelo seu sucesso. É auxiliado nessa tarefa pelo Coordenador Pedagógico (quando existe).

A Gestão Administrativa cuida da parte física (o prédio e os equipamentos materiais que a escola possui) e da parte institucional (a legislação escolar, direitos e deveres, atividades de secretaria).

Suas especificidades estão enunciadas no Plano Escolar (também denominado Plano Político Pedagógico de Gestão Escolar, ou Projeto Pedagógico) e no Regimento Escolar.

A Gestão de Recursos Humanos, a gestão de pessoal - alunos, equipe escolar, comunidade, constitui uma parte mais sensível da gestão.

Sem dúvida, lidar com pessoas, mantê-las trabalhando satisfeitas, rendendo o máximo em suas atividades, contornar problemas e questões de relacionamento humano fazem da gestão de recursos humanos o fiel da balança - em termos de fracasso ou sucesso - de toda formulação educacional a que se pretenda dar consecução na escola.

Direitos, deveres, atribuições - de professores, corpo técnico, pessoal administrativo, alunos, pais e comunidades - estão previstos no Regimento Escolar.

Quando o Regimento Escolar é elaborado de modo equilibrado, não tolhendo demais a autonomia das pessoas envolvidas com o trabalho escolar, nem deixando lacunas e vazios sujeitos a interpretações ambíguas, a gestão de recursos humanos se torna mais simples e mais justa.

### 2.7.2. Gestão Democrática

Uma boa escola se faz com os mesmos elementos que devem compor a sociedade: democracia, integração e flexibilidade. Para construir uma boa escola deve-se levar em conta muitos aspectos. Um deles, essencial, é a democracia. Para haver democracia é fundamental a participação de toda a comunidade escolar.

De acordo com PARO (2004, p. 15), “se, todavia, concebemos a comunidade – para cujos interesses a educação escolar deve voltar-se – como o real substrato de um processo de democratização das relações na escola, parece-me absurda a proposição de uma gestão democrática que não suponha a comunidade como sua parte integrante”.

A gestão democrática busca consolidar ações, pela participação dos representantes dos vários segmentos da sociedade, tendo como objetivo fortalecer a escola e a qualidade de ensino. Dirigir e coordenar significa assumir no grupo a responsabilidade por fazer a escola funcionar mediante o trabalho conjunto. A gestão democrática pressupõe a participação nas decisões e na execução das ações relativas ao projeto escolar, sendo que a gestão participativa demanda responsabilidades, comprometimento e não só opinião.

A gestão colegiada busca dar sustentabilidade ao desenvolvimento do projeto político-pedagógico e, conseqüentemente, à autonomia da escola.

Para VIANNA (1986, p.28), “é importante salientar, ainda, que o trabalho participativo não é espontâneo em sua totalidade. Necessita ser incentivado para que todas as suas potencialidades se efetivem em ações criativas e participantes”.

A gestão escolar é um processo democrático, que pode fortalecer procedimentos e a participação da comunidade escolar local, descentralizar os processos de tomada de decisão e dividir responsabilidades na construção de propostas na educação.

Uma das habilidades importantes para a gestão democrática deve ser a de administrar conflitos, o que se relaciona com o respeito às diferenças, à pluralidade de ideias e concepções pedagógicas, à liberdade e principalmente à tolerância. Essas questões fortalecem a escola como instituição plural, sem preconceitos e contribuem para a redução das desigualdades sociais, culturais e étnicas.

Segundo FULLAN (2000, p.105), “os diretores que controlam todas as decisões, que obstruem a iniciativa, que culpam ao invés de elogiar, que somente vêem problemas onde outros vêem possibilidades, são diretores que criam professores desencorajados e desanimados”.

Uma escola democrática e dinâmica, com a valorização das habilidades da equipe pedagógica, alunos, professores e comunidade por meio de uma gestão colegiada, torna-se um local privilegiado com planejamento, organização, direção dos trabalhos técnico-pedagógico, acompanhamento e avaliação sistemática de trabalhos realizados. Assim, a elaboração coletiva do Projeto Pedagógico e do Regimento Escolar são instrumentos-chave do processo democrático de gestão escolar.

De acordo com GADOTTI (2004, p. 35), “a autonomia e a gestão democrática da escola fazem parte da própria natureza do ato pedagógico. A gestão democrática da escola é, portanto, uma exigência de seu projeto político-pedagógico”.

O envolvimento da comunidade escolar na escolha do diretor da escola, a implantação dos conselhos escolares têm produzido avanços significativos na democratização da gestão escolar. O Conselho Escolar constitui espaço adequado para, de forma compartilhada, dirimir as dúvidas, encontrar saídas alternativas e propor novas condutas de participação individual e coletiva no ambiente escolar.

O ensino de qualidade pode ser fruto do resultado de um conjunto de padrões adotados pela equipe da escola em relação ao processo de ensino-aprendizagem e obter bons resultados, a partir de uma gestão aberta à participação de todos. Estabelecer padrões de qualidade e atendimento, por meio de uma gestão compartilhada e participativa entre todos os segmentos da comunidade escolar, monitorar os resultados escolares, imprescindível para o sucesso do aluno, mediante verificação de como e em que medida os padrões de qualidade estão sendo atendidos em cada sala de aula, garantem o sucesso do ensino de qualidade.

Segundo FERREIRA:

A gestão democrática da educação é hoje, um valor já consagrado no Brasil e no mundo, embora ainda não totalmente compreendido e incorporado à prática social global e à prática educacional brasileira e mundial. É indubitável sua importância como um recurso de participação humana e de formação para a cidadania. É indubitável sua necessidade para a

construção de uma sociedade mais justa e igualitária. É indubitável sua importância como fonte de humanização. (FERREIRA, 2000, p.167)

### 2.7.3. Liderança Escolar

A gestão escolar quando vista como um processo compartilhado pressupõe o exercício da gestão da liderança que é um fator de grande impacto sobre a qualidade dos processos educacionais e exige do gestor uma visão ampla, dinâmica e articulada, conjugado a decisão e avaliação constantes. Na liderança democrática todas as diretrizes são objeto de debate e decisão do grupo, estimulado e assistido pelo líder.

De acordo com Ferreira (2003, p. 113): “uma prática de gestão comprometida com a formação de homens e mulheres brasileiros fortes e capazes de dirigir seus destinos, os destinos da nação e do mundo, tem que possuir a força do conhecimento, emancipação que possibilita o equilíbrio da afetividade nas relações, a competência em todas as atividades e a riqueza firme do caráter que norteia as ações”.

A gestão escolar será eficaz quando os dirigentes, ao liderarem as ações da escola, o fazem orientados por uma visão global e abrangente de seu trabalho, conhecem quais são os aspectos que, em conjunto, favorecem o desenvolvimento da escola e da qualidade de suas ações.

LÜCK, afirma:

Liderança é, pois, um conceito complexo que abrange um conjunto de comportamentos, atitudes e ações voltado para influenciar pessoas e produzir resultados, levando em consideração a dinâmica das organizações sociais e do relacionamento interpessoal e intergrupar no seu contexto, superando ambigüidades, contradições, tensões, dilemas que necessitam ser mediados à luz de objetivos organizacionais elevados. (LÜCK, 2008, p. 37)

Em relação à postura de liderança do diretor e seu envolvimento dinâmico com os vários segmentos da escola, o fundamental para o sucesso é a presença à frente dos problemas da escola. Estimular a novas realizações; orientar o trabalho do professor, conhecer os alunos, estabelecer relações com a comunidade, criar espaços de participação para a melhoria da aprendizagem dos alunos e atuar na disciplina escolar de maneira orientadora e não autoritária resulta numa postura de

liderança bem sucedida. A liderança efetiva da direção é um fator primordial na qualidade da gestão e do ensino, apesar do trabalho do diretor ser complexo, pois, abrange as ações internas e externas no planejamento, liderança, coordenação, mediação e avaliação que promove a aprendizagem e formação dos alunos.

O diretor torna-se responsável pelo bom funcionamento da escola quando acompanha o trabalho dos professores em sala de aula, proporciona um ambiente favorável para o bom relacionamento entre todos os profissionais da escola, alunos, pais e comunidade e administra os recursos físicos, materiais e patrimoniais com responsabilidade.

De acordo com LÜCK:

Pouco o diretor pode fazer para que a escola promova a melhoria da aprendizagem dos alunos, senão mediante atuação de liderança realizada a partir do conhecimento de cada um dos seus espaços e processos. Não fazê-lo representa deixar de fazer o que é mais importante da gestão escolar, a sua função-fim: contribuir para a melhoria da aprendizagem dos alunos. (LÜCK, 2008, p. 16)

Além de exercer liderança no ambiente escolar, é interessante que o diretor promova novas lideranças, para dinamizar, de modo participativo, a gestão escolar e obtenha melhores resultados. É através da partilha de compromissos e responsabilidades, de forma criativa e com iniciativas voltadas para o atendimento das necessidades educacionais, que o ambiente escolar progrida.

Os líderes administram, criam, desenvolvem, inspiram confiança, pensam estrategicamente, comunicam, perguntam o porquê, observam horizontes, desafiam o descobrimento, são referência, nunca trabalham sozinhos, dão oportunidade para que sua equipe crie, coloque suas idéias num movimento de crescimento constante, sem excluir nenhum profissional.

#### 2.7.4. Autonomia na Escola

Pode-se dizer que a marca de uma gestão escolar moderna e participativa é a conquista da autonomia capaz de identificar o potencial de colaboração de todos os segmentos da escola e colocá-los a serviço de uma educação de qualidade, que não perca a perspectiva da cidadania.

Para FERREIRA:

É necessário se construir a gestão da educação a partir de uma "pedagogia da esperança formada pela tolerância, o respeito e a solidariedade; uma pedagogia que rechaça a construção social de imagens que desumanizam ao "outro"; uma pedagogia de esperança que mostra que ao construir o "outro" nos tornamos completamente relacionados com o "outro"; uma pedagogia que nos ensina que ao desumanizar o "outro" nos desumanizamos a nós mesmos". (FERREIRA, 2002, p.315).

A escola precisa ser autônoma e representativa e o gestor comprometido com a participação democrática, a conquista da autonomia, da cidadania, da ética da responsabilidade, capaz de administrar o processo de ensino e aprendizagem, preocupado com a melhoria da educação. A escola precisa ser geradora de desenvolvimento para que o ensino possa atender às expectativas e os anseios da comunidade escolar.

VEIGA (1995, p.19) diz que: "a autonomia e a liberdade fazem parte da própria natureza do ato pedagógico. O significado de autonomia remete-nos para regras e orientações criadas pelos próprios sujeitos da ação educativa, sem imposições externas".

#### 2.7.5. O Gestor e o Cotidiano Escolar

Faz parte do trabalho de gestão criar um ambiente acolhedor para os alunos, os pais, a comunidade, de modo que se sintam bem, acreditem e confiem no trabalho da escola. Isto acontece mediante diversas atividades de integração.

O gestor deve ser aquele que ouve, provoca reflexões, reflete, interpreta os fatos, toma decisões, um líder pedagógico e articulador, que conhece a sua comunidade, tem organização, preocupa-se com a disciplina, com um ambiente físico e social seguro, eficiente e eficaz. Assume os problemas como desafios, sabendo que estes são a condição para superá-los e aprender com eles.

Sabe-se que os problemas na escola são muitos, mas através do trabalho e esforço coletivo se consegue fazer da escola um modelo de educação pública. A função de diretor de escola agrega grande valor no processo educacional e é um desafio bastante complexo, repleto de pressões, conflitos e mudanças oriundas do cotidiano escolar, do sistema educacional e da sociedade.

Deve-se avaliar os resultados obtidos pela escola em sua função de assegurar o acesso, a permanência, o sucesso escolar e a formação geral dos alunos, bem como a adoção de mecanismos de monitoramento e avaliação desses resultados, avaliando o relacionamento da escola com a comunidade, mediante práticas de gestão participativa adotadas: institucionalização e funcionamento de órgãos colegiados (Conselhos Escolares, APMFs, Grêmios Estudantis e outros); planejamento participativo; envolvimento dos pais e alunos; socialização das informações; visão estratégica, esforço da escola na atualização e enriquecimento do seu currículo pela adoção de processos criativos e inovadores.

Deve-se levar em conta os resultados de avaliação dos alunos e o trabalho dos professores com a proposta pedagógica da escola, a atuação e o compromisso das pessoas (professores, funcionários, pais e alunos) com o projeto político-pedagógico.

Além disso, é necessário priorizar formas de incentivo a essa participação, o desenvolvimento e a valorização de pessoas, a atuação da escola na gestão dos serviços de apoio, instalações e equipamentos e na aplicação de recursos financeiros.

Entende-se que a participação efetiva nos processos decisórios da escola constitui requisito essencial na formação dos jovens, no sentido de prepará-los para intervir de forma crítica e produtiva na sociedade. A escola possui espaço para novas experiências com interação, união de idéias e ações, e busca o respeito mútuo e a individualidade de cada um.

Para ROMÃO:

A instituição de coletivos nas escolas apresenta-se, dialeticamente, como uma instância mediadora que é, ao mesmo tempo, um mecanismo de absorção das tensões e dos conflitos de interesses e um instrumento potencial de inovação e transformação, na medida em que abre espaço para a explicitação daquelas tensões e conflitos represados, camuflados ou inibidos. (ROMÃO, 2004, p. 29)

#### 2.7.6. Projeto Político-Pedagógico: responsabilidade de todos

O Projeto Político-Pedagógico deve ser um instrumento da gestão escolar a ser construído coletivamente, para expressar a realidade da comunidade. Para isso,

a escola precisa organizá-lo, através de ações e decisões compartilhadas com responsabilidade, a fim de caracterizar sua implementação autônoma.

Para VEIGA (2004, p.40): “construir um projeto pedagógico significa enfrentar o desafio da mudança e da transformação, tanto na forma como a escola organiza seu processo de trabalho pedagógico como na gestão que é exercida pelos interessados, o que implica o repensar da estrutura de poder da escola”.

Ao se elaborar um projeto político-pedagógico, deve-se analisar e discutir coletivamente, considerá-lo como um projeto transformador:

Segundo GADOTTI:

Todo projeto supõe rupturas com o presente e promessas para o futuro. Projetar significa tentar quebrar um estado confortável para arriscar-se atravessar um período de instabilidade e buscar nova estabilidade em função da promessa que cada projeto contém de estado melhor que o presente. Um projeto educativo pode ser tomado como promessa frente a determinadas rupturas. As promessas tornam visíveis os campos de ação possível, comprometendo seus atores e autores. (GADOTTI, 1999, p.532)

O Projeto Político-Pedagógico é um valioso passo na efetivação de mudanças práticas no cotidiano escolar. O PPP deve ser construído democraticamente para que a escola crie um espaço com o objetivo de implementar e executar suas escolhas e ações e desenvolver uma educação de qualidade.

VEIGA (1995, p.15) considera que: “o projeto busca um rumo, uma direção. É uma ação intencional, com um sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente. Por isso, todo projeto pedagógico da escola é também um projeto político, por estar intimamente articulado ao compromisso sociopolítico com os interesses reais e coletivos da população majoritária”. A gestão do projeto político-pedagógico realiza-se não somente durante o seu acompanhamento, mas também durante a sua elaboração, sendo fundamental a participação e compromisso do coletivo da escola. Quando assim administrado a escola oferece condições para a melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem.

Ainda, segundo VEIGA (2004, p.13): “o projeto político pedagógico é, em suma, um instrumento clarificador da ação educativa da escola em sua totalidade”.

Vasconcellos entende o projeto político-pedagógico como um plano global da instituição. Segundo ele, esse projeto:

Pode ser entendido como a sistematização, nunca definitiva, de um processo de planejamento participativo, que se aperfeiçoa e se concretiza na caminhada, que define claramente o tipo de ação educativa que se quer realizar. É um instrumento teórico-metodológico para a intervenção e mudança da realidade. É um elemento de organização e integração da atividade prática da instituição nesse processo de formação. (VASCONCELLOS, 2004, p.169)

### 2.7.7. Gestão de Sala de Aula

A sala de aula deve ser vista como um espaço de trabalho docente onde cada professor pode colocar em prática tudo o que também aprendeu e conseguiu desenvolver.

Este espaço exige certa quantidade de tempo para que a relação professor-aluno se efetive e assim possa dar abertura ao desenvolvimento da aprendizagem.

Saber administrá-lo em função do processo ensino-aprendizagem torna-se atualmente desafio do professor.

Segundo LIBÂNEO:

O trabalho docente, entendido como atividade pedagógica do professor, busca os seguintes objetivos primordiais:

- assegurar aos alunos o domínio mais seguro e duradouro possível dos conhecimentos científicos;
- criar as condições e os meios para que os alunos desenvolvam capacidades e habilidades intelectuais de modo que dominem os métodos de estudo e de trabalho intelectual visando a sua autonomia no processo de aprendizagem e independência de pensamento;
- orientar as tarefas de ensino para objetivos educativos de formação da personalidade, isto é, ajudar os alunos a escolherem um caminho na vida, a terem atitudes e convicções que norteiam suas opções diante dos problemas e situações da vida real. (LIBÂNEO, 1994, p.71)

A interação de respeito e de confiança, entre professor e aluno no processo é muito importante para criar vínculos saudáveis e duradouros e transformar a sala de aula em um espaço de aprendizagens de conteúdos formais e de convivência coletiva.

O papel do professor no contexto escolar vai muito além do conteúdo curricular. Será necessário o professor expressar e delinear propostas claras sobre o que, quando e como ensinar, considerando o conhecimento que o aluno já possui e propondo novas aprendizagens.

Para MORAN:

O educador autêntico é humilde e confiante. Mostra o que sabe e, ao mesmo tempo, está atento ao que não sabe, ao novo. Mostra para o aluno a complexidade do aprender, a nossa ignorância, as nossas dificuldades. Ensina, aprendendo a relativizar, a valorizar a diferença, a aceitar o provisório. Aprender é passar da incerteza a uma certeza provisória que dá lugar a novas descobertas e a novas sínteses. (MORAN, 2007, p.16)

Ainda, segundo MORAN (2007, p. 30): “o professor é um pesquisador em serviço, aprende com a prática e a pesquisa e ensina a partir do que aprende. Realiza-se aprendendo-pesquisando-ensinando-aprendendo. O seu papel é fundamentalmente o de um orientador/mediador”.

A relação professor-aluno tem se tornado cada vez mais necessária e integrada, para transformar a sala de aula em um espaço de criação, desenvolvimento e afetividade. Por isso, é indispensável que o professor contribua para a formação do aluno como cidadão crítico, reflexivo e transformador da realidade, e deixar de lado a mera função de transmissor de conhecimentos.

Para LIBÂNEO (1994, p.29): “o processo de ensino é uma atividade conjunta de professores e alunos organizados sob a direção do professor, com a finalidade de prover as condições e meios pelos quais os alunos assimilam ativamente conhecimentos, habilidades, atitudes e convicções”.

#### 2.7.8. Formação do Educador

A escola precisa ser um espaço privilegiado de formação continuada do professor e as reuniões pedagógicas devem ser um momento de construção, de se trocar sucessos e erros, do exercício da crítica, do estudo e da reflexão, da realização de novas formas de ação na sala de aula, um espaço especial para a construção da autonomia do professor.

A demanda sobre a formação das pessoas é crescente na sociedade da formação e do conhecimento. Não é mais adequado e suficiente que a escola ensine o que sempre ensinou. A formação acadêmica e a formação continuada precisam ser eficientes e eficazes. O currículo precisa ser revisto continuamente, assim como os processos educacionais e a forma como se organiza e funciona. Os envolvidos nesse processo devem avaliar o currículo à luz do desenvolvimento da sociedade,

da ciência e da tecnologia, elementos fundamentais para melhoria do conhecimento e aprendizagem dos alunos.

Para LIBÂNEO (2007, p.337): “a organização e a gestão do trabalho escolar requerem o constante aperfeiçoamento profissional – político, científico, pedagógico - de toda a equipe”.

#### 2.7.9. Gestão Eficiente e Eficaz

Focar a ação da gestão na aprendizagem dos alunos; traçar metas para obter mais objetividade e direcionamento da ação dos resultados; realizar o trabalho de gestão transparente; promover a democratização de informações na comunidade interna e externa, avaliar todas as ações da escola, monitorar e avaliar a qualidade do processo pedagógico são práticas diárias de uma escola eficiente e eficaz.

As gestões eficientes e eficazes têm um perfil claramente identificado pela equipe de trabalho e desenvolvem um estilo de liderança que impulsionam resultados positivos no âmbito de sua atuação.

Para uma escola eficaz é necessário promover uma aprendizagem significativa na formação dos alunos.

Para LIBÂNEO:

A educação de qualidade é aquela mediante a qual a escola promove, para todos, o domínio dos conhecimentos e o desenvolvimento de capacidades cognitivas e afetivas indispensáveis ao atendimento de necessidades individuais e sociais dos alunos, bem como a inserção no mundo e a constituição da cidadania também como poder de participação, tendo em vista a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. (LIBÂNEO, 2007, p.117)

## 2.8. COMPETÊNCIAS E RESPONSABILIDADES PELA EDUCAÇÃO

O art. 8º da LDB diz que, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão, em regime de colaboração, os respectivos sistemas de ensino.

### 2.8.1. Competência Federal

A União tem suas competências e responsabilidades pela educação, assim descrito na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Segundo a LDB, ainda no art. 8º:

§ 1º Caberá à União a coordenação da política nacional de educação, articulando os diferentes níveis e sistemas e exercendo função normativa, redistributiva e supletiva em relação às demais instâncias educacionais.

§ 2º Os sistemas de ensino terão liberdade de organização nos termos desta Lei.

Art. 9º A União incumbir-se-á de: (Regulamento)

I - elaborar o Plano Nacional de Educação, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios;

II - organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais do sistema federal de ensino e o dos Territórios;

III - prestar assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para o desenvolvimento de seus sistemas de ensino e o atendimento prioritário à escolaridade obrigatória, exercendo sua função redistributiva e supletiva;

IV - estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, competências e diretrizes para a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio, que nortearão os currículos e seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar formação básica comum;

V - coletar, analisar e disseminar informações sobre a educação;

VI - assegurar processo nacional de avaliação do rendimento escolar no ensino fundamental, médio e superior, em colaboração com os sistemas de ensino, objetivando a definição de prioridades e a melhoria da qualidade do ensino;

VII - baixar normas gerais sobre cursos de graduação e pós-graduação;

VIII - assegurar processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, com a cooperação dos sistemas que tiverem responsabilidade sobre este nível de ensino;

IX - autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar, respectivamente, os cursos das instituições de educação superior e os estabelecimentos do seu sistema de ensino.

§ 1º Na estrutura educacional, haverá um Conselho Nacional de Educação, com funções normativas e de supervisão e atividade permanente, criado por lei.

§ 2º Para o cumprimento do disposto nos incisos V a IX, a União terá acesso a todos os dados e informações necessários de todos os estabelecimentos e órgãos educacionais.

§ 3º As atribuições constantes do inciso IX poderão ser delegadas aos Estados e ao Distrito Federal, desde que mantenham instituições de educação superior.

#### 2.8.2. Competência Estadual

Os estados federativos também são incumbidos de competências e responsabilidades pela educação.

Segundo a LDB, art. 10:

Os Estados incumbir-se-ão de:

I - organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais dos seus sistemas de ensino;

II - definir, com os Municípios, formas de colaboração na oferta do ensino fundamental, as quais devem assegurar a distribuição proporcional das responsabilidades, de acordo com a população a ser atendida e os recursos financeiros disponíveis em cada uma dessas esferas do Poder Público;

III - elaborar e executar políticas e planos educacionais, em consonância com as diretrizes e planos nacionais de educação, integrando e coordenando as suas ações e as dos seus Municípios;

IV - autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar, respectivamente, os cursos das instituições de educação superior e os estabelecimentos do seu sistema de ensino;

V - baixar normas complementares para o seu sistema de ensino;

VI - assegurar o ensino fundamental e oferecer, com prioridade, o ensino médio.

VII - assumir o transporte escolar dos alunos da rede estadual. (Incluído pela Lei nº 10.709, de 31.7.2003)

Parágrafo único. Ao Distrito Federal aplicar-se-ão as competências referentes aos Estados e aos Municípios.

### 2.8.3. Competência Municipal

As competências e responsabilidades dos municípios em relação à educação estão descritas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Segundo a LDB, art. 11.

Os Municípios incumbir-se-ão de:

I - organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais dos seus sistemas de ensino, integrando-os às políticas e planos educacionais da União e dos Estados;

II - exercer ação redistributiva em relação às suas escolas;

III - baixar normas complementares para o seu sistema de ensino;

IV - autorizar, credenciar e supervisionar os estabelecimentos do seu sistema de ensino;

V - oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas, e, com prioridade, o ensino fundamental, permitida a atuação em outros níveis de ensino somente quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência e com recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento do ensino.

VI - assumir o transporte escolar dos alunos da rede municipal. (Incluído pela Lei nº 10.709, de 31.7.2003)

Parágrafo único. Os Municípios poderão optar, ainda, por se integrar ao sistema estadual de ensino ou compor com ele um sistema único de educação básica.

## 2.9. AVALIAÇÃO E SUAS VERTENTES

A avaliação da aprendizagem escolar está sendo objeto de constantes pesquisas e estudos. Serão aqui, abordados os principais conceitos de avaliação e as políticas públicas (sistemas de avaliação).

### 2.9.1. Principais conceitos de avaliação

São muitos os educadores que abordam o tema avaliação, sendo um tema de extrema importância e de grande complexidade. Apresenta-se hoje, de muitas formas a prática de avaliação do aluno.

Para LUCKESI (2005, p.92-93) “o termo avaliar também tem sua origem no latim, provindo da composição a-valere, que quer dizer “dar valor a...” Porém, o conceito avaliação é formulado a partir das determinações da conduta de “atribuir um valor ou qualidade a alguma coisa, ato ou curso de ação...”, que, por si implica um posicionamento positivo ou negativo em relação ao objeto, ato ou curso de ação avaliado.”

Ao se referir à avaliação da aprendizagem, tendo como instrumento o exame, no qual ainda se deposita a esperança de melhorar a educação, LUCKESI, também afirma:

A avaliação da aprendizagem ganhou um espaço tão amplo nos processos de ensino que nossa prática educativa escolar passou a ser direcionada por uma “pedagogia do exame”. O mais visível e explícito exemplo dessa pedagogia está na prática do ensino do terceiro ano do 2º Grau, em que todas as atividades docentes e discentes estão voltadas para um treinamento de “resolver provas” tendo em vista a preparação para o vestibular, como porta de entrada para a Universidade. Nessa série de escolaridade, o ensino centra-se no exercício de resolver provas a partir de determinados conteúdos que concernem à seleção no vestibular. (LUCKESI, 2005, p.17)

Abordando a questão da avaliação como classificatória LUCKESI (2005, p.34) afirma: “a atual prática de avaliação escolar estipulou como função do ato de avaliar a classificação e não o diagnóstico, como deveria ser constitutivamente. Ou seja, o julgamento de valor, que teria a função de possibilitar uma nova tomada de decisão sobre o objeto avaliado, passa a ter a função estática de classificar um objeto ou um ser humano histórico num padrão definitivamente determinado. Do ponto de vista da

aprendizagem escolar, poderá ser definitivamente classificado como inferior, médio ou superior”.

Acrescenta ainda, que “com a função classificatória, a avaliação não auxilia em nada o avanço e o crescimento. Somente com uma função diagnóstica ela pode servir para essa finalidade. Com a função classificatória, a avaliação constitui-se num instrumento estático e frenador do processo de crescimento; com a função diagnóstica, ao contrário, ela constitui-se num modelo dialético do processo de avançar no desenvolvimento da ação, do crescimento para a autonomia, do crescimento para a competência etc.” (LUCKESI, 2005, p.35)

Para FREIRE (2000, p.17) “(...) o ideal é que, cedo ou tarde, se invente uma forma pelo qual os educandos possam participar da avaliação. É que o trabalho do professor é o trabalho do professor com os alunos e não do professor consigo mesmo.”

Neste sentido, a avaliação deve ser compartilhada e dialógica, para possibilitar ao aluno compreender criticamente o seu processo de aprendizagem, reconstruindo-o quando necessário. Alunos e professores devem ser sujeitos co-participantes.

Para Luckesi a avaliação educacional escolar se processa no âmbito da sala de aula promove aprendizagens, democratiza práticas educativas e constrói conhecimento. “A avaliação educacional, em geral, e a avaliação da aprendizagem escolar, em particular, são meios e não fins em si mesmas, estando assim delimitadas pela teoria e pela prática que as circunstancializam. Desse modo, entendemos que a avaliação não se dá nem se dará num vazio conceitual, mas sim dimensionada por um modelo teórico de mundo e de educação, traduzido em prática pedagógica.” (LUCKESI, 2005, p.28)

Segundo LIBÂNEO (1994, p.23), a avaliação “(...) é um ato pedagógico. Nela o professor mostra as suas qualidades de educador na medida em que trabalha sempre com propósitos definidos em relação ao desenvolvimento das capacidades físicas e intelectuais dos alunos face às exigências da vida social”

Por isso, pode-se dizer que a avaliação articula-se a um projeto de sociedade, de educação, de escola. Fundamenta-se na relação dialógica, orienta o currículo e a prática pedagógica na escola e é uma força criadora do aprender e do ensinar.

HADJI<sup>1</sup> (2005, p. 10) refere-se à avaliação formativa como, “o paradigma da avaliação formativa é hoje mais pertinente do que nunca como modelo ideal regulador das práticas de avaliação no meio educativo”.

Ao referir-se às dimensões básicas da avaliação, Vasconcellos<sup>2</sup> (2005, p.21), na Revista Pedagógica Pátio, fala sobre as dimensões e seus desafios:

Dimensão	Desafios
Sensibilidade	Sentir necessidade de avaliar; demonstrar percepção aguçada e aberta. Não avaliar porque é exigido exteriormente ou julgar que “já sabe” antes de conhecer melhor a realidade.
Análise da Realidade	Conhecer, obter dados significativos, isto é, relevantes/essenciais e verdadeiros-fidedignos.
Clareza da Finalidade	Retomar, fazer memória da finalidade, dos objetivos (que podem estar expressos no projeto político-pedagógico da instituição e/ou no projeto de ensino-aprendizagem do professor).
Julgamento	Realizar juízo de valor/quantidade sobre o produto ou a atividade, e não sobre a pessoa.
Tomada de Decisão	Decidir o que fazer; dar continuidade à prática ou elaborar um novo plano de ação, de forma individual ou compartilhada (por exemplo, com o aluno).
Ação	Agir de acordo com a decisão tomada

Fonte: Vasconcellos (2005, p.21).

Quadro 1 – Dimensões e desafios da avaliação

Logo, a avaliação apóia a tomada de decisões, ressignifica trajetórias, orienta novas ações transformadoras e possibilita a reflexão do currículo, uma vez que faz

<sup>1</sup> Charles Hadji é professor emérito da Université Pierre Mendés – França, Grenoble2.

<sup>2</sup> Celso dos Santos Vasconcellos é filósofo e pedagogo, mestre e doutor em Educação, diretor do Libertad – Centro de Pesquisa e Formação.

parte do processo de aprender, pois é um processo participativo, auto-reflexivo, crítico e emancipador.

Méndez<sup>3</sup> (2005, p.24-27) em entrevista à Revista Pedagógica Pátio, fala que “a avaliação é um processo natural, que nos permite ter consciência do que fazemos, da qualidade do que fazemos e das conseqüências que acarretam nossas ações”. Diz também que “ensinar, aprender e avaliar não são momentos separados; formam um contínuo em interação permanente”, e que “a avaliação deve ser usada sempre para melhorar, nunca para eliminar, selecionar ou segregar.”

Para LUCKESI (2005, p.99) “a prática da avaliação da aprendizagem, em seu sentido pleno, só será possível na medida em que estiver efetivamente interessado na aprendizagem do educando, há que se estar interessado em que o educando aprenda aquilo que está sendo ensinado”. Para ele é necessário estabelecer padrão mínimo de conhecimentos, habilidades e hábitos para o educando e não como ocorre na prática escolar hoje, uma média mínima de notas. Propõe também, que “a avaliação do aproveitamento escolar seja praticada como uma atribuição de qualidade aos resultados da aprendizagem dos educandos, tendo por base seus aspectos essenciais e, como objetivo final, uma tomada de decisão que direcione o aprendizado e, conseqüentemente, o desenvolvimento do educando”.

Ao referir-se ao sistema educacional, Vasconcellos (2005, p.100-101) diz que “a avaliação deve levar a mudança do que tem que ser mudado também no sistema educacional. Há necessidade da definição de uma Política Educacional séria, ampla e comprometida com os interesses das classes populares, que leve à alteração progressiva das condições objetivas do trabalho.”

Acrescenta também que, “o que se espera de uma avaliação numa perspectiva transformadora é que seus resultados constituam parte de um diagnóstico e que, a partir dessa análise da realidade, sejam tomadas decisões sobre o que fazer para superar os problemas constatados: perceber a necessidade do aluno e intervir na realidade para ajudar a superá-la.” (VASCONCELLOS, 2005, p.89)

---

<sup>3</sup> Juan Manuel Álvarez Méndez é professor de Didática da Universidade Complutense de Madri

## 2.9.2. Políticas Públicas de Avaliação

A adoção de sistemas de avaliação é resultado de preocupações com a qualidade do ensino e com a aplicabilidade de recurso público. Serão abordados neste tópico os principais sistemas como: SAEB, ENEM e ENAD.

Os artigos 9, 10 e 11 da LDB nº 9.394/96, determinam que é competência da União: “estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, competências e diretrizes para a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio, que nortearão os currículos e seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar formação básica comum; coletar, analisar e disseminar informações sobre a educação e assegurar processo nacional de avaliação do rendimento escolar no ensino fundamental, médio e superior, em colaboração com os sistemas de ensino, objetivando a definição de prioridades e a melhoria da qualidade do ensino entre outras determinações.”

### a) Prova Brasil e o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica

Para o Ministério de Educação e Cultura (MEC), a Prova Brasil e o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB) são avaliações para diagnóstico, em larga escala, desenvolvidas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP/MEC). Têm o objetivo de avaliar a qualidade do ensino oferecido pelo sistema educacional brasileiro a partir de testes padronizados e questionários socioeconômicos.

Nos testes aplicados na quarta e oitava séries (quinto e nono anos) do ensino fundamental e na terceira série do ensino médio, os estudantes respondem a itens (questões) de Língua Portuguesa, com foco em leitura, e Matemática, com foco na resolução de problemas. No questionário socioeconômico, os estudantes fornecem informações sobre fatores de contexto que podem estar associados ao desempenho.

Professores e diretores das turmas e escolas avaliadas também respondem a questionários que coletam dados demográficos, perfil profissional e de condições de trabalho.

A partir das informações do SAEB e da Prova Brasil, o MEC e as Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, podem definir ações voltadas ao aprimoramento da qualidade da educação no país e a redução das desigualdades existentes; promover, por exemplo, a correção de distorções e debilidades e direcionar seus recursos técnicos e financeiros para áreas identificadas como prioritárias.

As médias de desempenho nessas avaliações também subsidiam o cálculo do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), ao lado das taxas de aprovação nessas esferas.

Além disso, os dados também estão disponíveis a toda a sociedade que, a partir dos resultados, pode acompanhar as políticas implementadas pelas diferentes esferas de governo. No caso da Prova Brasil, ainda pode ser observado o desempenho específico das escolas públicas urbanas do país.

Os dados dessas avaliações são comparáveis ao longo do tempo, ou seja, pode-se acompanhar a evolução dos desempenhos das escolas, das redes e do sistema como um todo. Em 2009, as escolas rurais de Ensino Fundamental com mais de 20 alunos nas séries avaliadas também farão a Prova Brasil.

#### b) Provinha Brasil

Segundo o Ministério de Educação e Cultura – MEC, a Provinha Brasil é uma avaliação diagnóstica aplicada aos alunos matriculados no segundo ano do ensino fundamental. A intenção é oferecer aos professores e gestores escolares um instrumento que permita acompanhar, avaliar e melhorar a qualidade da alfabetização e do letramento inicial oferecidos às crianças. A partir das informações obtidas pela avaliação, os professores têm condições de verificar as habilidades e deficiências dos estudantes e interferir positivamente no processo de alfabetização, para que todas as crianças saibam ler e escrever até os oito anos de idade, uma das metas do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE).

A avaliação é uma iniciativa inaugurada pelo Ministério da Educação (MEC) no primeiro semestre de 2008, que visa oferecer às redes públicas de ensino um método de diagnosticar o nível de alfabetização das crianças entre seis e oito anos

de idade. O INEP/MEC disponibiliza, anualmente, duas versões da Provinha Brasil. A primeira no início do ano e, a segunda, para ser aplicada no término do ano letivo, com o objetivo de avaliar o ciclo da aprendizagem.

Nessa perspectiva, a Provinha Brasil tem o intuito de oferecer aos professores, diretores, coordenadores e gestores das redes de ensino um instrumento para diagnosticar o nível de alfabetização dos alunos, ainda no início do Ensino Fundamental e elaborar ações que visem sanar as possíveis insuficiências apresentadas nas áreas de leitura e escrita.

Essa avaliação diferencia-se das demais que vêm sendo realizadas pelo INEP, porque poderá fornecer respostas diretamente aos professores e gestores da escola e reforça uma de suas características, que é a de um instrumento pedagógico sem finalidades classificatórias.

#### c) Exame Nacional do Ensino Médio

Para o Ministério de Educação e Cultura – MEC, o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), criado em 1998, tem o objetivo de avaliar o desempenho do estudante ao fim da escolaridade básica para aferir desenvolvimento de competências fundamentais ao exercício pleno da cidadania. Podem participar do exame alunos que estão concluindo ou que já concluíram o ensino médio em anos anteriores.

Desde a sua concepção, porém, o Exame foi pensado também como modalidade alternativa ou complementar aos exames de acesso aos cursos profissionalizantes pós-médio e ao ensino superior.

O Enem é utilizado como critério de seleção para os estudantes que pretendem concorrer a uma bolsa no Programa Universidade para Todos (ProUni) que utiliza os resultados do Exame como pré-requisito para a distribuição de bolsas de ensino em instituições privadas de ensino superior. Além disso, cerca de 500 universidades já usam o resultado do exame como critério de seleção para o ingresso no Ensino Superior, seja complementando ou substituindo o vestibular.

Este objetivo vem sendo atingido um pouco mais a cada ano, graças ao esforço do Ministério da Educação na sensibilização e convencimento das

instituições de ensino superior (IES) para o uso dos resultados do Enem como componente dos seus processos seletivos. Muitas IES já aderiram.

Com o Enem busca-se, ainda, oferecer uma referência para auto-avaliação com vistas a auxiliar nas escolhas futuras dos cidadãos, tanto com relação à continuidade dos estudos quanto à sua inclusão no mundo do trabalho. A avaliação pode servir como complemento do currículo para a seleção de emprego.

#### d) Exame Nacional de Desempenho de Estudantes

De acordo com o Ministério de Educação e Cultura – MEC, o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) avalia o rendimento dos alunos dos cursos de graduação, ingressantes e concluintes, em relação aos conteúdos programáticos dos cursos em que estão matriculados. O exame é obrigatório para os alunos selecionados e condição indispensável para a emissão do histórico escolar. A primeira aplicação ocorreu em 2004 e a periodicidade máxima com que cada área do conhecimento é avaliada é trienal.

O Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE), que integra o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), tem o objetivo de aferir o rendimento dos alunos dos cursos de graduação em relação aos conteúdos programáticos, suas habilidades e competências.

O ENADE é realizado por amostragem e a participação no Exame constará no histórico escolar do estudante ou, quando for o caso, sua dispensa pelo MEC. O INEP/MEC constitui a amostra dos alunos habilitados a fazer a prova, a partir da inscrição, na própria instituição de ensino superior.

### 3. METODOLOGIA DA PESQUISA

Para organização da pesquisa precisa-se pensar na sua relevância científica e social, isto é, preocupar-se com o rigor metodológico, com os procedimentos científicos da produção dos conhecimentos e também com sua importância social.

#### 3.1. QUANTO À NATUREZA

Escolheu-se uma pesquisa-ação de natureza qualitativa. Para isso, primeiramente foi necessário definir o que é uma pesquisa.

Segundo GIL:

Pode-se definir pesquisa como o processo racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são expostos (...). A pesquisa é desenvolvida mediante o concurso dos conhecimentos disponíveis e a utilização cuidadosa de métodos, técnicas e outros procedimentos científicos. Na realidade, a pesquisa desenvolve-se ao longo de um processo que envolve inúmeras fases, desde a adequada formulação do problema até a satisfatória apresentação dos resultados. (GIL, 2009, p. 17)

GIL (2009, p. 55) fala também sobre a pesquisa-ação, definindo-a segundo (Thiollent, 1985, p.14): "(...) um tipo de pesquisa com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo".

#### 3.2. QUANTO AO TIPO

Utilizou-se a pesquisa bibliográfica e também o estudo de caso. "A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos". (GIL, 2009, p.44)

Quanto ao estudo de caso, GIL (2009, p.54) define como: "é uma modalidade de pesquisa amplamente utilizada nas ciências biomédicas e sociais. Consiste no

estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento”.

### 3.3. QUANTO AOS PROCEDIMENTOS

Adotou-se um questionário com questões abertas e fechadas, com objetivo de verificar as situações vivenciadas pelos diretores e professores de três escolas estaduais da região de Campo Largo, quanto ao processo de gestão.

Segundo GIL (2009, p. 116): “a elaboração de um questionário consiste basicamente em traduzir os objetivos específicos da pesquisa em itens bem redigidos. Naturalmente não existem normas rígidas a respeito da elaboração do questionário”.

Na elaboração do questionário levou-se em consideração os seguintes aspectos:

- Perfil dos diretores e professores;
- Perfil da comunidade escolar;
- Processo de escolha do diretor;
- Índices de evasão e repetência;
- Resultado nas avaliações: IDEB e ENEM;
- Identificação do tipo de gestão;
- Dificuldades no processo de gestão;
- Aspectos positivos e negativos da gestão escolar;
- Impactos da gestão escolar na comunidade onde a escola está inserida;

### 3.4. QUANTO AOS RESULTADOS

De posse dos dados levantados, revistos e organizados por meio do questionário foram feitos os gráficos e quadros com estatística descritiva e análise dos conteúdos das questões respondidas pelos sujeitos da pesquisa.

Segundo GIL:

Entre os vários itens de natureza metodológica, o que apresenta maior carência de sistematização é o referente à análise e interpretação de dados. Como o estudo de caso vale-se de procedimentos de coleta de dados os mais variados, o processo de análise e interpretação pode, naturalmente,

envolver diferentes modelos de análise. Todavia, é natural admitir que a análise dos dados seja de natureza predominantemente qualitativa. O mais importante na análise e interpretação de dados no estudo de caso é a preservação da totalidade da unidade social (GIL, 2009, p.141)

### 3.5. DELIMITAÇÃO ESPACIAL

Segundo GIL (2009, p. 139), “os estudos de caso podem ser constituídos tanto de um único quanto de múltiplos casos”.

A investigação envolveu três colégios estaduais que oferecem Ensino Fundamental e Médio, localizados no município de Campo Largo, agregados ao Núcleo Regional de Educação da Área Metropolitana Sul: Colégio Estadual Sagrada Família, Colégio Estadual São Pedro e São Paulo e Colégio Estadual Prof<sup>a</sup> Albina N. Muginoski.

#### **4. ESTUDO DE CASO - ESCOLAS ESTADUAIS DA REGIÃO DE CAMPO LARGO**

A decisão de refletir e investigar sobre a prática educativa, o que ocorre no interior da escola e suas relações com a comunidade, possibilita explicitar as finalidades, o papel social da escola, a definição de caminhos, as formas operacionais e ações a serem desenvolvidas no processo educativo.

As três escolas, que fazem parte desta pesquisa, estão situadas no município de Campo Largo, têm como mantenedora a Secretaria de Estado da Educação através do Governo do Estado do Paraná e são vinculadas ao Núcleo Regional de Educação da Área Metropolitana Sul.

##### **4.1. COLÉGIO ESTADUAL SAGRADA FAMÍLIA**

Este estudo foi realizado tendo por público alvo o ensino fundamental, médio e normal do Colégio Estadual Sagrada Família que está situado na Rua XV de Novembro, 1775, CEP 83.601-030 – Centro. O estabelecimento funciona nos períodos da manhã, tarde e noite com 52 turmas, num total de 1868 alunos (dados obtidos no Portal Dia a Dia Educação).

A Educação Profissional, com o curso normal iniciou em 2006 com o curso de Formação de Docentes da Educação Infantil e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

##### **4.1.1. História do Colégio**

A fundação do Colégio Estadual Sagrada Família – Ensino Fundamental e Médio deu-se em 15 de janeiro de 1925, com o nome de Instituto Santa Terezinha. Com o aumento da clientela escolar, foi lançada a idéia da criação de um ginásio, o qual se concretizou em 1947, sendo o Ginásio Sagrada Família reconhecido pela Portaria n.º 1077 de dezembro de 1951, do Ministério da Educação e Saúde.

Em 1956 foi criada pelo Decreto n.º 543 a Escola Normal, instalada em 02 de janeiro de 1957, que passou a chamar-se Escola Normal Estadual “Padre José de Anchieta”.

Para possibilitar um espaço às práticas pedagógicas das estagiárias da Escola Normal, o Instituto Santa Terezinha passou a chamar-se Escola de Aplicação Padre José de Anchieta, em 1958, pelo Decreto n.º 14.728.

Devido às dificuldades financeiras enfrentadas na época pelas famílias dos alunos e com o objetivo de oferecer maiores oportunidades educacionais para a comunidade, foi o Colégio estadualizado pela Lei 3585 de 28 de fevereiro de 1958.

Com a implantação da reforma, em 1973 pela Lei 5692/71 o ensino de 1º Grau - 1ª à 8ª série, passou a ser ministrado neste Estabelecimento de Ensino, que de acordo com o Decreto n.º 2481, de 29/10/76, passou a denominar-se Escola Sagrada Família-Ensino de 1º Grau.

O Estabelecimento foi autorizado a funcionar pelo Decreto n.º 4501 de 03 de janeiro de 1978 e o Reconhecimento do Estabelecimento foi efetuado pela Resolução n.º 2141/82 de 10/08/82, com a denominação Colégio Estadual Sagrada Família-Ensino de 1º e 2º Graus.

Pela Resolução n.º 3120, de 11/09/98 que oficializou a adequação na nomenclatura dos estabelecimentos de Educação Básica, recebeu a seguinte denominação: Colégio Estadual Sagrada Família – Ensino Fundamental e Médio.

No decorrer da história, o Colégio cresceu e atende atualmente numerosa clientela com amplo quadro docente, pedagógico e técnico-administrativo que está em constante atualização para concretizar o objetivo de oferecer um ensino de qualidade e possibilita uma educação crítica e participativa.

Para isso empenha-se na realização de atividades dinâmicas, criativas e comprometidas, que possibilitem o desenvolvimento do aluno. Procura educar, no sentido amplo da palavra, abrir oportunidades para que o estudante atue responsabilmente na realidade em que vive, transforme-se e realize-se como ser pessoal e social.

#### 4.1.2. Articulação da Escola com a Comunidade

A interação entre a escola, alunos, pais e outros agentes educativos permite a construção de projetos que têm por objetivo a formação completa do aluno.

Os conhecimentos construídos no ambiente escolar tomam sentido na interação contínua entre o que o aluno aprende na escola e o que ele traz para a escola. Este relacionamento contínuo e flexível com a comunidade possibilita a compreensão dos aspectos políticos, sociais, culturais e psicológicos presentes no cotidiano escolar; a criação de atividades culturais diversificadas que levam ao conhecimento e a aprendizagem da convivência social.

#### 4.1.3. Perfil da Comunidade Escolar

O CESF está localizado bem no centro de Campo Largo e a grande maioria de seus alunos reside, nos mais diversos bairros e localidades do município e dependem do transporte escolar gratuito para vir até o colégio.

Quanto aos aspectos educacionais observa-se que a grande maioria dos alunos (82%) gosta de estudar, pois através do estudo se consegue um bom emprego e um futuro melhor, além de se obter mais conhecimentos. Quando perguntado se já repetiu alguma série durante a vida escolar, 81% disseram não. Dos que dizem sim, a maior incidência está na 1ª série e 2ª série do Ensino Fundamental.

Os aspectos que os alunos mais apreciam e valorizam no CESF são a qualidade da educação e ensino ofertados, a estrutura física, a competência da direção e a qualificação dos professores.

A maioria afirma realizar suas lições de casa, ter um horário de estudo (1 hora aparece com maior frequência) e 52% estuda sozinho, sem ajuda de outras pessoas. Essa ajuda é mais frequente nas séries iniciais do Ensino Fundamental e vem dos pais. Entre os motivos de dificuldades nos estudos aparecem com maior destaque: dificuldade de concentração, não conseguir lembrar o que estudou, nervosismo durante as provas, achar difícil o conteúdo.

Quanto ao hábito de leitura, 55% dos alunos costumam ler diariamente, livros, revistas e jornais. 94% assistem televisão, todos os dias (4 horas ou mais aparece em maior porcentagem), sendo novelas, filmes e noticiários os programas preferidos.

Os passatempos de final de semana são passear com pais e amigos, praticar esportes (brincar) e assistir televisão. 56% dos que responderam a pesquisa afirmam praticar algum esporte (futebol, vôlei e basquete).

Durante a semana, além do compromisso escolar, 43% tem outras atividades (catequese, curso de línguas e escolinha de futebol), ocupando a média de 3 a 4 horas semanais.

Dos alunos 59% têm computador em casa e 49% acesso a Internet. A grande maioria não trabalha (86%). Dos 14% que responderam sim, atuam no comércio, em escritórios e estágios.

#### 4.1.4. Perfil do Corpo Docente

O corpo docente do CESF constitui-se, na sua maioria de mulheres (83%); predomina a faixa etária entre 25 e 44 anos de idade. A grande maioria mora nos bairros de Campo Largo, tendo, também, professores que vêm de Curitiba para trabalhar no CESF.

Um dado importante para o trabalho pedagógico – o acesso e uso dos recursos tecnológicos – 84% dos professores possuem e usam o computador e 75% a Internet.

Graduados nas diversas áreas do conhecimento, 83% dos docentes têm, ou estão cursando, especialização e 57% têm menos de 15 anos de experiência de profissão.

Quanto ao grau de satisfação com o exercício do magistério 64% afirmam sim e 20% mais ou menos, por razões de fazer o que realmente gostam e identificam-se com a profissão. Os que se dizem insatisfeitos pedem maior valorização da classe, maior remuneração salarial e melhores condições de trabalho.

Uma porcentagem de 62% dos profissionais atuam a menos de 10 anos no CESF; afirmam também, lecionar em outras escolas de Campo Largo, Curitiba e Balsa Nova, no Ensino Fundamental e Médio, com carga horária semanal de até 40 horas (74%) ou mais. Apenas 18% exercem outras atividades profissionais além do magistério.

Quase a totalidade (98%) do corpo docente gosta de trabalhar no CESF devido à filosofia, a organização, a estrutura e condições de trabalho, a equipe de profissionais, a clientela escolar. Entre as dificuldades apontadas pelos profissionais em trabalhar no colégio figuram: falta de motivação, interesse e disciplina de alguns alunos, turmas numerosas, falta de espaço e materiais para aulas práticas, etc.

São boas as condições de saúde, pois 76% dos docentes dizem gozar de bom estado físico e mental; entre os que têm problemas, aparecem: hipertensão, diabetes, rinite alérgica, insuficiência renal, problemas de coluna, etc.

Entre as práticas de lazer mais apontadas pelos docentes estão: passear com a família e amigos, ler, assistir bons filmes, caminhar, praticar esportes, ouvir músicas, fazer artesanato...

#### 4.1.5. Perfil dos Funcionários

A pesquisa revela que dos funcionários – merendeira, auxiliar operacional, auxiliar administrativo, auxiliar de serviços gerais - a maioria é do sexo feminino, entre 35 e 54 anos de idade (57%), é casada (52%), com filhos. 95% delas moram nos bairros de Campo Largo e praticam a religião católica (81%), seguida da evangélica (14%).

Mais da metade sabe usar o computador, mas apenas 33% têm computador e 28% Internet em casa. 62% das funcionárias possuem ou estão cursando o Ensino Médio.

As funcionárias trabalham exclusivamente no CESF, há pelo menos de 10 anos (52%) e apenas duas têm outras atividades profissionais nos finais de semana.

Gostam de trabalhar no CESF 100% delas, pelo ambiente sadio, com respeito, organização, estrutura, pelas pessoas, etc., e por isso, dizem estar plenamente satisfeitas com o ambiente de trabalho.

Quanto ao aspecto de saúde, 47%, afirmam ter problemas de saúde (artrose, rinite, hipertensão, diabetes, tendinite...). Algumas revelam gosto para bordado, tricô, crochê, desenho e massagem.

Nas horas de lazer, os passatempos preferidos são passear e estar com a família e amigos, assistir filmes, ler, caminhar, assistir TV, jogar bingo, dançar, etc.

## 4.2. COLÉGIO ESTADUAL SÃO PEDRO E SÃO PAULO

Este estudo foi realizado tendo por público alvo o ensino fundamental e médio do Colégio Estadual São Pedro e São Paulo que está situado na Rua Marta Dering, nº 234 - Bairro Ferrari - CEP 83606-330 e funciona nos períodos da manhã e tarde, com 11 turmas, num total de 296 alunos (dados obtidos no Portal Dia a Dia Educação).

### 4.2.1. História do Colégio

A Escola Estadual São Pedro e São Paulo nasceu do anseio da comunidade local em contar primeiramente com o Ensino Fundamental de 5ª a 8ª séries. Em vista disso, a Associação de Moradores São Pedro e São Paulo (AMOSP) em conjunto com a APMF e direção da Escola Municipal Profª Rosália Andrade Remonato, mobilizaram-se nos trabalhos junto à Secretaria Estadual de Educação para que este objetivo fosse alcançado.

Com o desmembramento da Escola Municipal Profª Rosália Andrade Remonato, que passou a funcionar em sede própria, houve a possibilidade da implantação do Ensino Médio.

Atualmente, o Colégio atende 06 turmas pela manhã, sendo 03 do Ensino Fundamental e 03 do Ensino Médio e à tarde, 05 turmas do Ensino Fundamental. O corpo docente é composto por 26 professores e 11 funcionários do quadro técnico administrativo abaixo relacionado.

### 4.2.2. Perfil da Comunidade Escolar

Os estudantes que frequentam o Colégio Estadual São Pedro e São Paulo - Ensino Fundamental e Médio estão na faixa etária entre 10 e 17 anos, sendo que um número significativo deles mora próximo à instituição escolar, mas temos também adolescentes que moram na zona rural e utilizam o transporte escolar para virem estudar.

O colégio atende moradores dos bairros Ferrari, São Francisco de Assis, Vila Cilka, Ouro Verde, Felpudo, Retiro, Salgadinho e Fazendinha.

Quanto ao grau de instrução, um número significativo dos pais dos educandos freqüentou a escola até a 4ª série do Ensino Fundamental, depois esses números vão diminuindo em relação aos outros níveis de estudo, embora a pesquisa realizada tenha constatado um baixo número de analfabetos.

Segundo levantamento de dados, os pais trabalham fora, muitos empregados em indústrias e em comércios. Alguns são aposentados ou autônomos e pouco menos da metade das mães que têm um trabalho remunerado, são diaristas.

A renda média da família declarada, esta entorno de 2 a 3 salários mínimos.

O perfil dos estudantes da instituição é composto, primordialmente, de pré-adolescentes e adolescentes das classes populares.

De acordo com o resultado da pesquisa, constatou-se que as famílias desfrutam de pouco conforto nas suas residências e a grande maioria utiliza os meios de transportes públicos.

Como forma de lazer, as famílias visitam amigos e parentes, frequentam pesque-pague, jogam ou assistem futebol, participam de festas e eventos. Um número significativo das famílias tem o hábito de ler.

Os alunos ocupam o tempo livre assistindo TV, andando de bicicleta, ouvindo música, brincando com os amigos, lendo, praticando esportes, estudando, fazendo pequenas tarefas em casa.

#### 4.2.3. Participação dos Pais

A participação dos pais ocorre no acompanhamento diário das atividades e informações constantes nas agendas, em reuniões e em atendimento individualizado pela diretora, pedagoga e professores.

Também participam em eventos promovidos junto com a APMF e o Grêmio Estudantil (festival de prêmios, rifas e outros).

Pretende-se em todos os momentos, deixar claro que a Escola é um espaço democrático e está aberto para qualquer esclarecimento.

#### 4.2.4. Formação inicial e continuada de professores e funcionários

A formação inicial de professores e funcionários acontece em reuniões reflexivas para conhecimento das questões que envolvem o Colégio.

Já a formação continuada ocorre em reuniões com reflexão de temas emergentes em relação à melhoria do processo ensino-aprendizagem, em cursos oferecidos pelas editoras, em Faxinal do Céu, em grupos de estudos, reuniões pedagógicas, no CETEPAR, grupos de trabalho em rede, em instituições públicas e privadas, onde são buscados conhecimentos pela prática autodidata dos educadores.

#### 4.3. COLÉGIO ESTADUAL ALBINA NOVAK MUGINOSKI

Este estudo foi realizado tendo por público alvo o Ensino Fundamental e Médio do Colégio Estadual Prof<sup>a</sup> Albina Novak Muginoski, que funciona nas dependências do CAIC – Emíldio Pianaro e está localizada na Rua Alcebiades Affonso Guimarães, s/nº - Bairro Águas Claras – CEP 83.602-210. Atende 21 turmas, num total de 700 alunos (dados obtidos no Portal Dia a Dia Educação), provenientes de diversas comunidades, sendo as principais: Conjunto Águas Claras, Moradias São Marcos, Moradias Francisco Gorski, Moradias São Vicente, Jardim Tropical, Moradias Bom Jesus, Jardim Esmeralda, Vila Glória, Campo do Meio e Jardim Meliane.

Esta unidade escolar oferece o Ensino Fundamental de 5ª a 8ª série nos períodos da manhã, tarde e noite e o Ensino Médio pela manhã e noite.

##### 4.3.1. História do Colégio

O Colégio Estadual Prof<sup>a</sup> Albina Novak Muginoski - Ensino Fundamental e Médio, recebeu essa denominação para prestar homenagem a Prof<sup>a</sup> Albina que nasceu em 08 de setembro de 1922 e faleceu em 08 de setembro de 1992. No exercício de sua profissão como educadora colaborou para o enaltecimento da

educação de Campo Largo, exerceu suas funções na Escola Estadual Macedo Soares e Escola 1º Centenário, onde se aposentou como Diretora.

#### 4.3.2. Relação do corpo docente e técnico administrativo

O Colégio Estadual Professora Albina Novak Muginoski – Ensino Fundamental e Médio é parte integrante do CAIC Emígdio Pianaro e tem 4.715m<sup>2</sup> de área construída.

Atualmente, o Colégio atende 10 turmas pela manhã, sendo 08 do Ensino Fundamental e 02 do Ensino Médio, à tarde, 07 turmas do Ensino Fundamental e no período da noite temos 04 turmas do Ensino Fundamental e 06 do Ensino Médio

O corpo docente é composto por 37 professores e o técnico administrativo é composto por 08 funcionários.

#### 4.3.3. Perfil da Comunidade

Nas dependências do CAIC Emígdio Pianaro funcionam a Escola Municipal Mauro Portugal, o Colégio Estadual Prof<sup>a</sup> Albina Novak Muginoski e o Centro Municipal de Educação Infantil Dr. Rudolf Anton Michael Göhringer.

Os alunos deste colégio estão na faixa etária entre 10 e 21 anos e vêm de diversas comunidades sendo as principais: Conjunto Águas Claras, Moradias São Marcos, Moradias Francisco Gorski, Moradias São Vicente, Jardim Tropical, Moradias Bom Jesus, Jardim Esmeralda, Vila Glória, Campo do Meio e Jardim Meliane.

O rendimento mensal das famílias atendidas é em média de 01 a 02 salários mínimos. Com relação ao nível de escolarização dos pais e das mães, 57% não completaram o Ensino Fundamental, 17% possuem o Ensino Médio completo e apenas 2% tem nível superior. Os pais exercem profissões como: pedreiro, carpinteiro, operador de máquinas, serviços gerais, vigia, motorista, mecânico e policial, enquanto as mães trabalham como: donas de casa, diaristas, empregadas domésticas e serviços gerais.

Quanto às moradias, 91% possui residência própria sendo de alvenaria com água encanada e esgoto.

O lazer desta comunidade restringe-se a assistir televisão e visitar parentes, pois não têm condições para gastos em diversões. Esta clientela é considerada parte da sociedade desigual, injusta e violenta devido à falta de solidariedade e segurança.

Além de todos os aspectos significativos já ressaltados sobre esta comunidade, é importante destacar as características do município.

Embora os primeiros habitantes europeus ao chegarem a essa região fossem portugueses, a formação étnica predominante foi a dos poloneses e italianos. A forma produtiva mais utilizada desde a fundação do município foi à agricultura, a produção de hortifrutigranjeiros e a indústria da cerâmica. Porém, a partir de 1997 a situação econômica começou a ser substituída pela indústria automobilística e de autopeças.

#### 4.3.4. Participação dos pais

A participação dos pais acontece através de reuniões realizadas no decorrer do ano letivo, a fim de aproximá-los da realidade escolar e proporcionar a eles o conhecimento da organização pedagógica e administrativa do Estabelecimento.

Nestes momentos os pais demonstram suas expectativas em relação à escola e sugerem soluções para algumas dificuldades encontradas, além de compartilharem suas experiências na educação dos filhos.

Além dessa participação coletiva, a escola está aberta para atender os pais individualmente, pela diretora, pedagoga e professores. A agenda é outro instrumento para garantir a comunicação entre pais e escola.

A busca de soluções para os problemas acontece em reuniões periódicas com o Conselho Escolar e com a APMF, para garantir um melhor andamento do Estabelecimento e a qualidade do ensino almejada.

Pretende-se em todos esses momentos, deixar claro que a Escola é um espaço democrático e que somente com a participação efetiva da família possibilitará a melhoria do processo educativo.

#### 4.4. LEVANTAMENTO DE INFORMAÇÕES DA PESQUISA DE CAMPO DAS ESCOLAS, CONSOLIDAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS DA PESQUISA

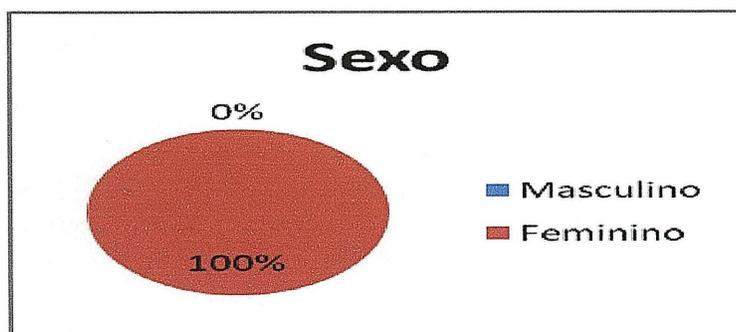
Foi realizada a pesquisa de campo, através de um questionário, em três colégios estaduais do município de Campo Largo, sendo o público alvo diretores, diretores auxiliares, pedagogos e professores.

##### 4.4.1. Diretores e Diretor-auxiliar

###### a) Dados Pessoais

Responderam ao questionário três diretoras e uma diretora-auxiliar, todas do sexo feminino, conforme o Gráfico 1 (em %), e com idades bem variadas: 29, 46, 49 e 61 anos.

Gráfico 1 – Sexo



Fonte: Trabalho de pesquisa

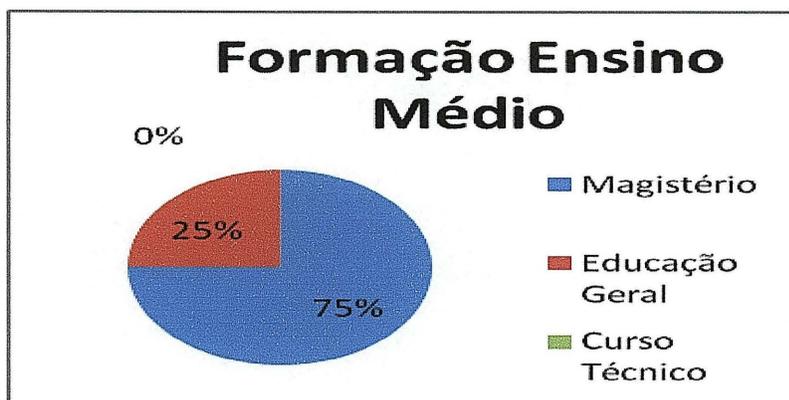
###### b) Área de Formação

###### - Ensino Médio

Três diretoras responderam que possuem formação em nível médio na área do Magistério/Formação de Docentes e uma formação em Educação Geral, como demonstra o gráfico 2 (em %).

## Gráfico 2 – Formação do Ensino Médio

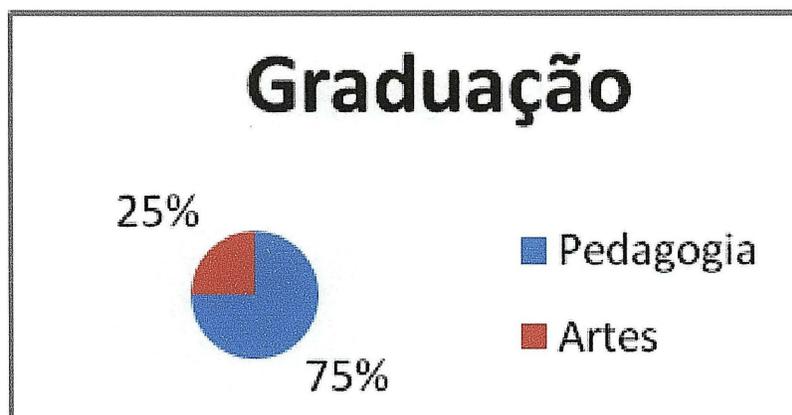
- Graduação



Fonte: Trabalho de pesquisa

A este item três das diretoras responderam que possuem formação em nível superior na área da Educação no Curso de Pedagogia e uma é formada em Artes, como no gráfico 3 (em %).

## Gráfico 3 – Graduação



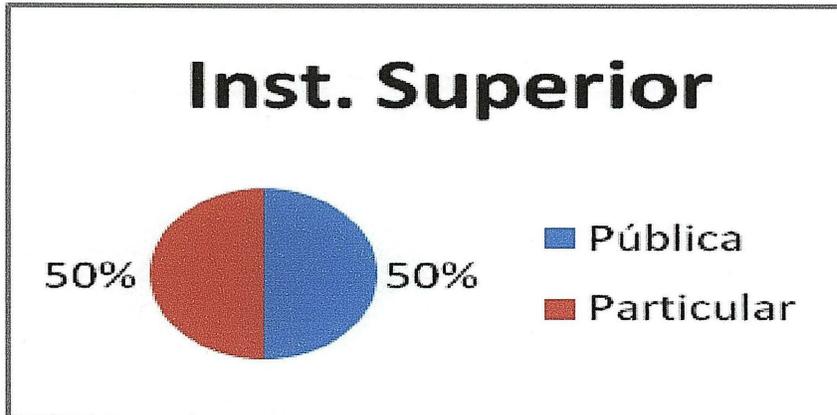
Fonte: Trabalho de pesquisa

- Instituição Superior

Sobre este item duas diretoras responderam que estudaram em Faculdade pública, sendo que ambas estudaram na Universidade Estadual de Ponta Grossa e

duas cursaram o ensino superior em Faculdade particular, na Universidade Tuiuti do Paraná, conforme o Gráfico 4 (em %).

Gráfico 4 – Instituição Superior



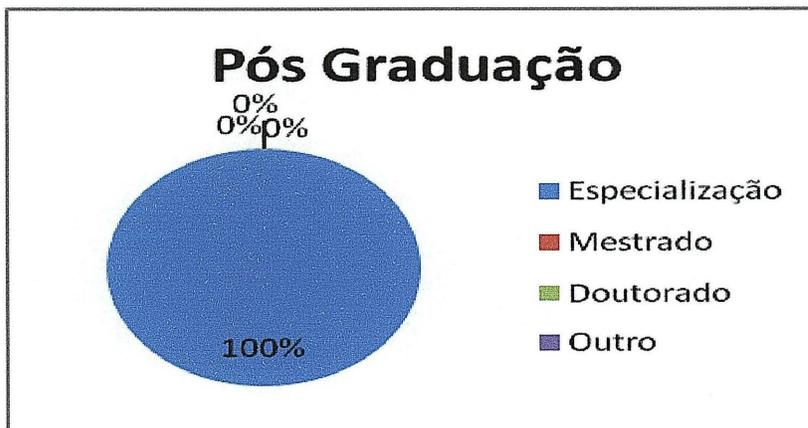
Fonte: Trabalho de pesquisa

Quanto à outra Graduação nenhuma das quatro diretoras responderam.

- Pós-Graduação

Sobre este item observou-se que todas as diretoras possuem pós-graduação em nível de Especialização, como demonstra a tabela5 e o gráfico 5.

Gráfico 5 – Pós- Graduação



Fonte: Trabalho de Pesquisa

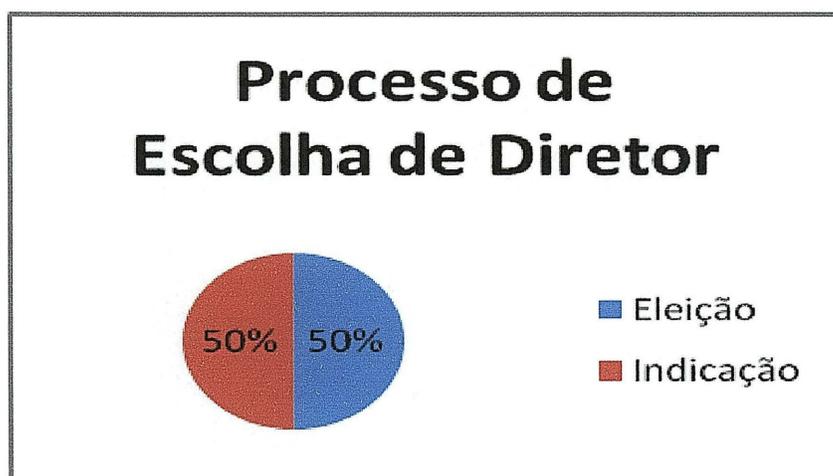
- Ano de conclusão do último curso na área na área de educação

Três diretoras responderam a este item e indicaram como ano de conclusão do último curso na área da educação: 2006, 2008 e 2009. Uma diretora não respondeu.

c) Processo de escolha do diretor

Observou-se uma igualdade nas respostas, pois duas das entrevistadas responderam que o processo de escolha do diretor é através de Eleição e duas diretoras responderam que é por indicação, como demonstra a tabela 6 e o gráfico 6. No entanto é preciso dizer que as duas diretoras que responderam o questionário são da mesma instituição, cujo processo de escolha do diretor é por indicação.

Gráfico 6 – Processo de escolha de diretores

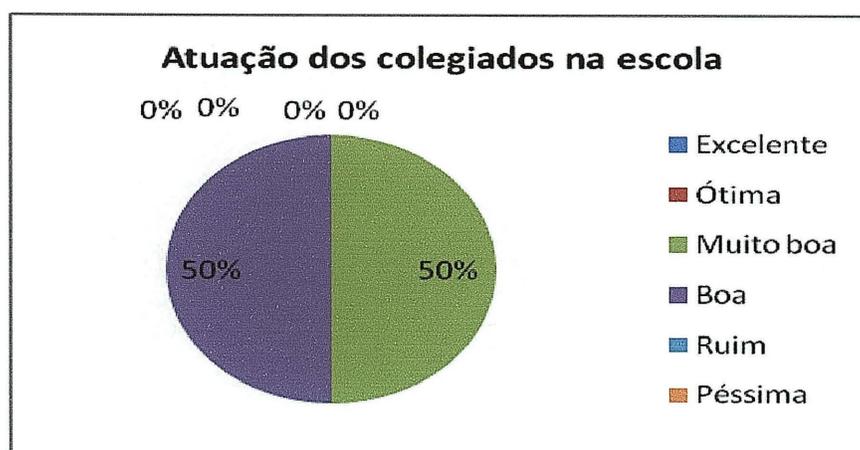


Fonte: Trabalho de pesquisa

d) Atuação dos colegiados na escola

Sobre este item também se observa uma igualdade nas respostas, pois duas das diretoras acreditam que a atuação dos colegiados na escola é muito boa e duas acreditam que é boa, como demonstra o gráfico 7.

Gráfico 7 – Atuação dos colegiados na escola

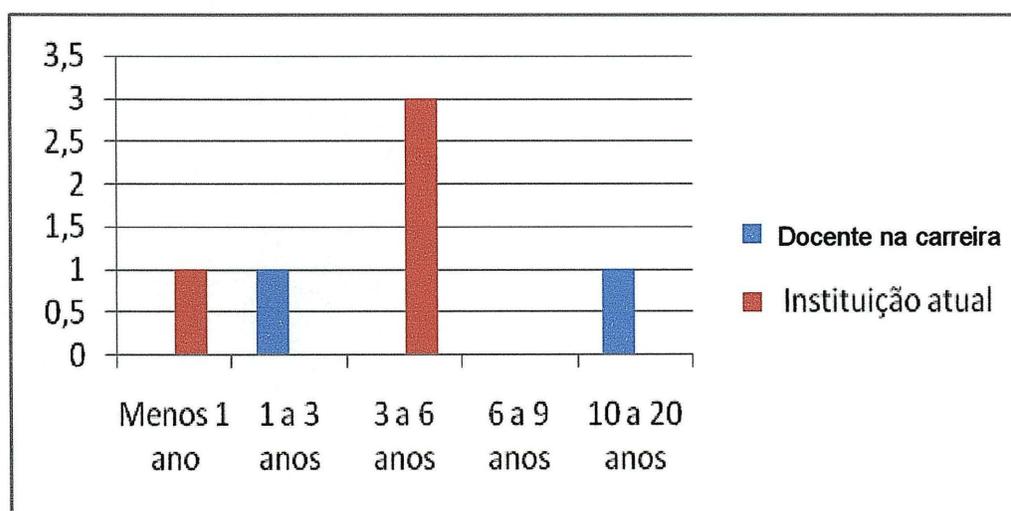


Fonte: Trabalho de pesquisa

### c) Atuação como educador

No item referente à atuação como educador, percebeu-se que todas atuam como gestoras na escola dedicando a esta função 40 horas semanais. A maioria está exercendo a carreira de docência há mais de 20 anos e na instituição, objeto desta pesquisa, de três a seis anos, conforme se verifica no gráfico 8.

Gráfico 8 – Atuação como educador

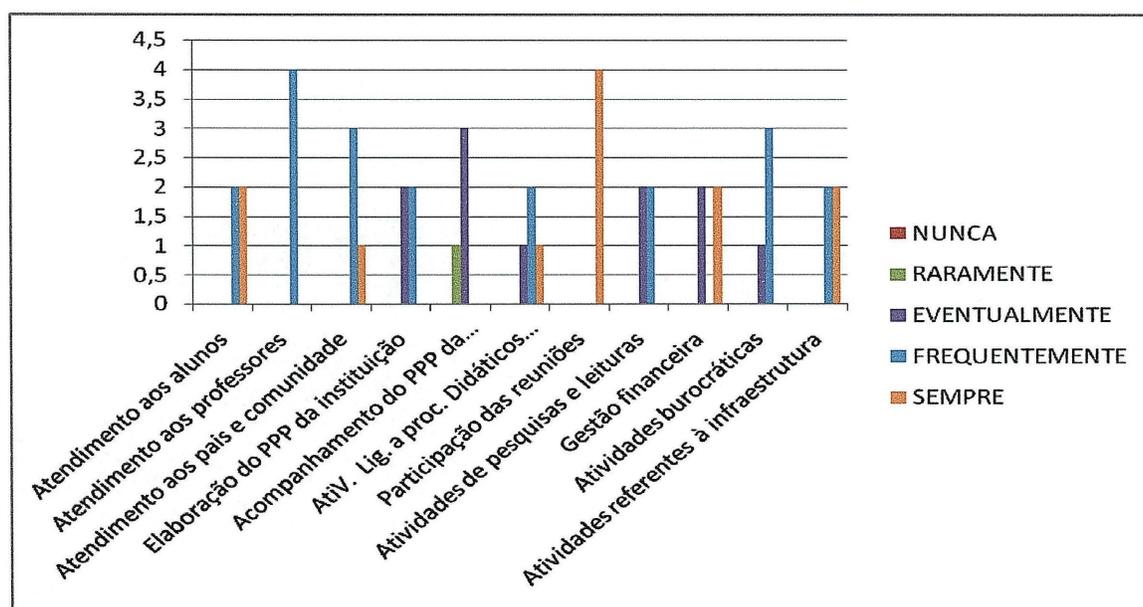


Fonte: Trabalho de pesquisa

#### d) Freqüência das ações desempenhadas como gestores

Das ações executadas pelos gestores, conforme gráfico 9, as que mais se destacam são atendimento aos alunos, professores, pais e comunidade além das atividades ligadas a procedimentos didático-pedagógicos, bem como participação em reuniões, atividades burocráticas e referentes à infra-estrutura.

Gráfico 9 – Freqüência das ações desempenhadas como gestores



Fonte: Trabalho de pesquisa

#### e) Auto-avaliação do perfil quanto ao comportamento e determinação

Sobre seu comprometimento e determinação as diretoras se consideram excelente ou bom em todos os quesitos mencionados na pesquisa em sua avaliação, assim como consideram extrema ou muita importância para a instituição. Já na avaliação pessoal sobre a tolerância ao risco, ambigüidades e incertezas as diretoras definiram-se como bom ou regular e sobre a importância para a Instituição defiram-se como extrema ou muita.

Quanto ao item criatividade, autoconfiança e habilidade de adaptação as diretoras consideraram-se excelente ou bom na sua avaliação pessoal e de extrema

ou muita importância para a instituição. Já no quesito motivação e superação as diretoras variaram um pouco sua avaliação pessoal definindo-se como excelente, bom, regular ou fraco em alguns pontos. Sobre a importância para a instituição as diretoras acreditam que a maioria dos pontos questionados é de extrema ou muita importância para a instituição, destaca-se também que neste item apareceu as opções razoáveis ou nenhuma importância para a instituição, conforme demonstra o quadro 02.

Quadro 02 - Auto-avaliação do perfil quanto ao comportamento e determinação

CARACTERÍSTICAS	Sua avaliação					Importância para instituição				
	Exce- lente	Bom	Regu- lar	Fraco	Insufi- ciente	Extre- ma	Muita	Razoá- vel	Pouca	Nenhu- ma
	5	4	3	2	1	5	4	3	2	1
<b>COMPROMETIMENTO E DETERMINAÇÃO</b>										
Pró-atividade na tomada de decisão	02	02				02	02			
Disciplina e dedicação	04					03	01			
Persistência em resolver problemas	03	01				03	01			
Disposição ao sacrifício para atingir metas	03	01				02	02			
Imersão nas atividades que desenvolve	02	02				03	01			
Conhecimento das necessidades dos alunos	01	03				03	01			
<b>TOLERÂNCIA AO RISCO, AMBIGÜIDADE E INCERTEZAS</b>										
Analisa tudo antes de agir		03	01				04			
Procura minimizar os riscos	01	03				02	01	01		
Tolerância às incertezas e falta de estrutura		02	02			01	03			
Tolerância ao estresse e conflitos		03	01			02	02			
Hábil em resolver problemas e integrar soluções	01	03				03	01			
<b>CRIATIVIDADE, AUTOCONFIANÇA E HABILIDADE DE ADAPTAÇÃO</b>										
Não convencional, flexível, pensador	01	02	01			01	03			
Hábil em se adaptar a novas situações	03	01				02	02			
Não tem medo de falhar	01	03				01	03			
Hábil em definir conceitos e detalhar ideias	01	02	01			02	02			

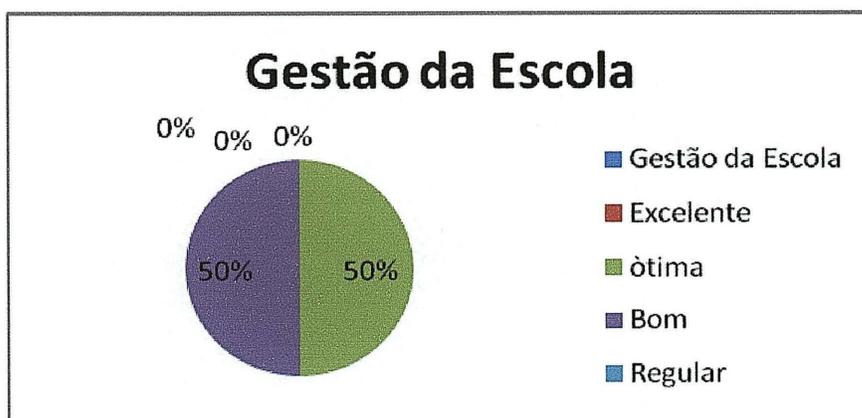
MOTIVAÇÃO E SUPERAÇÃO										
Orientação a metas e resultados	02	02								
Necessidade de crescer e atingir melhores resultados	02	02								
Preocupação com status e poder			02	02						
Autoconfiança	02	02								
Conhecimento (percepção) de suas forças e fraquezas		04								
Senso de humor	01	01	02							
Iniciativa	01	03								
Poder de autocontrole		04								
Transmite integridade e confiabilidade	02	02								
É paciente e sabe ouvir		01	03							
Constrói times e trabalha em equipe	01	03								

Fonte: Trabalho de pesquisa

#### f) Avaliação da gestão da escola

As diretoras avaliaram a gestão da escola como ótima (2) ou boa (2), como demonstra o gráfico 10 (em %).

Gráfico 10 - Avaliação da gestão da escola



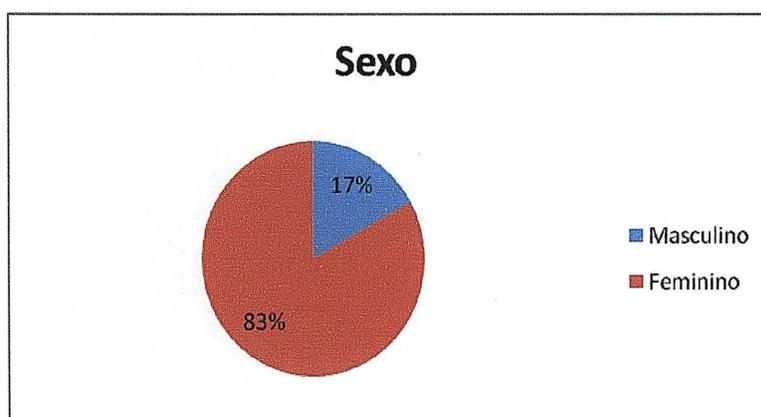
Fonte: Trabalho de pesquisa

#### 4.4.2. Professores e Pedagogos

##### a) Dados Pessoais

Responderam ao questionário 53 professores e pedagogos de três colégios estaduais do município de Campo Largo. Os professores participantes possuem idades que variam entre 24 anos e 62 anos. Dos 53 professores e pedagogos a maioria é do sexo feminino e a minoria são do sexo masculino, como demonstra o gráfico 11 (em %).

Gráfico 11 – Sexo



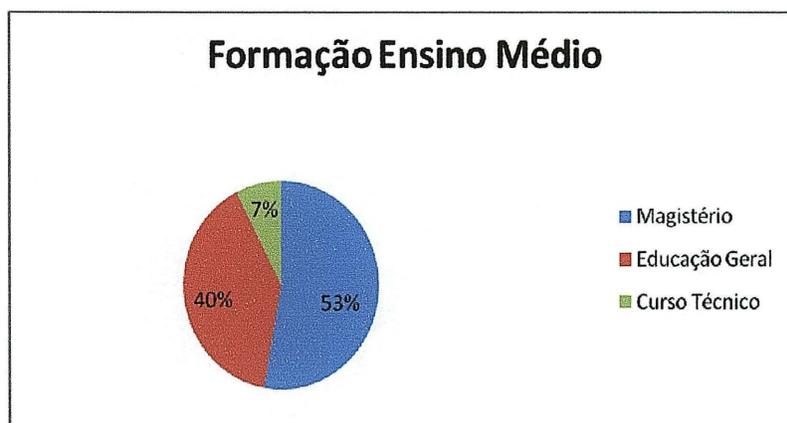
Fonte: Trabalho de pesquisa

##### b) Área de Formação

###### - Ensino Médio

Observou-se que a formação em nível médio que predomina é da área do Magistério/Formação de Docentes, seguida pela formação em Educação Geral e há aqueles formados em Cursos Técnicos, conforme o gráfico 12 (em %).

Gráfico 12 – Formação do Ensino Médio



Fonte: Trabalho de pesquisa

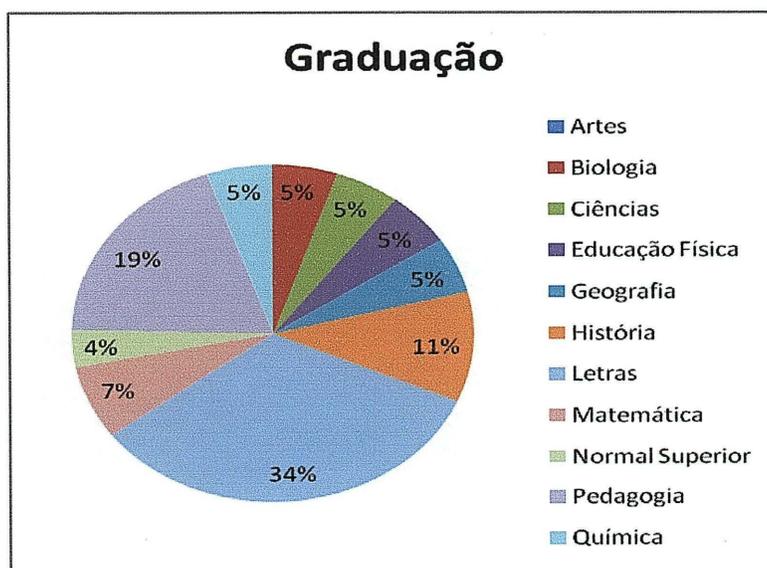
### - Graduação

Dos 53 professores e Pedagogos todos responderam que possuem curso superior nas seguintes disciplinas: Letras – Português e Inglês, Pedagogia, História, Matemática, Educação Física, Biologia, Geografia, Ciências, Química e Artes, como observa-se no quadro 3 e no gráfico 13 (em %).

Quadro 3 e Gráfico 13 – Graduação

Graduação	
Artes	
Biologia	3
Ciências	3
Educação Física	3
Geografia	3
História	6
Letras	19
Matemática	4
Normal Superior	2
Pedagogia	11
Química	3

Fonte: Trabalho de pesquisa



Fonte: Trabalho de pesquisa

### - Instituição Superior

Neste item constata-se que a grande maioria dos professores e pedagogos estudaram em Universidades particulares e apenas alguns em Universidades públicas, conforme o gráfico 14 (em %).

Gráfico 14 – Instituição Superior



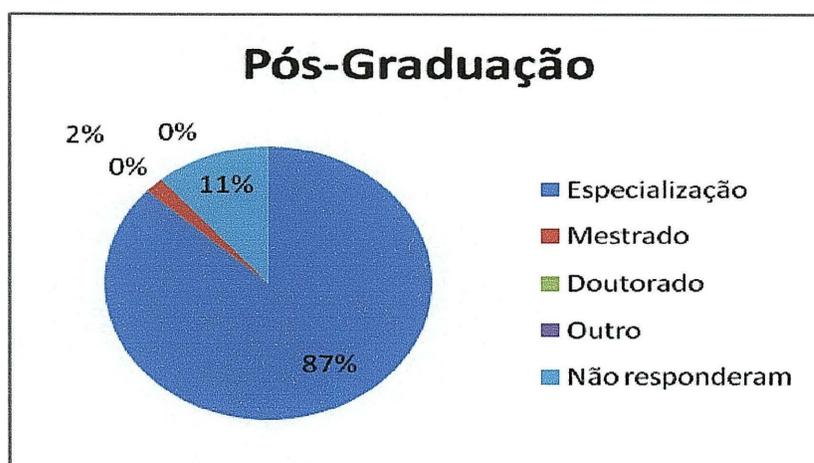
Fonte: Trabalho de pesquisa

Quanto à outra Graduação, apenas seis professores responderam que possuem uma segunda graduação nas áreas de Contábeis, Direito, Matemática e Pedagogia e todos em Universidades particulares.

### - Pós-Graduação

Referente a este item constata-se que a maioria dos professores e pedagogos possuem pós-graduação em nível de especialização seguida por seis abstinências de respostas, o que se acredita que não possuem ainda pós-graduação, conforme o gráfico 15 (em %).

Gráfico 15 – Pós-Graduação

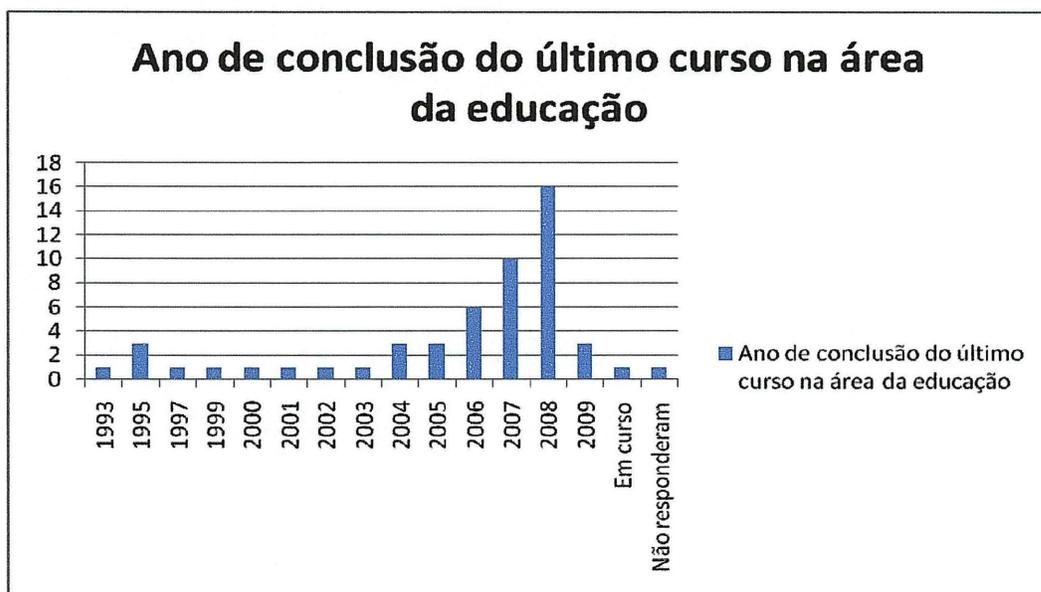


Fonte: Trabalho de pesquisa

- Ano de conclusão do último curso na área de educação

Sobre este item houve uma diferenciação nas datas de conclusão do último curso na área da educação. Pois há professores e pedagogos que participaram há muitos anos, outros a alguns anos e também aqueles que concluíram um curso neste ano de 2009, conforme o Gráfico 16.

Gráfico 16 – Ano de conclusão do último curso na área da educação



Fonte: Trabalho de pesquisa

c) Participação nos órgãos colegiados na instituição em que atua

A respeito deste item, os professores e pedagogos na sua maioria responderam que não participam de nenhum dos órgãos colegiados da instituição em que atuam. Porém existem aqueles que participam do Conselho Escolar e da APMF (Associação de Pais Mestres e Funcionários), como se pode observar no gráfico 17 (em %).

Gráfico 17 - Participação nos órgãos colegiados na instituição em que atua



Fonte: Trabalho de pesquisa

## d) Atuação como docente

No item referente à atuação como educador, percebeu-se que a maioria dos professores e pedagogos atuam como docentes na carreira a mais de dez anos e na instituição de ensino atual trabalham, a maioria, a menos de 1 ano, dedicando-se a docência a maioria 20 e 40 horas semanais, conforme verifica-se no quadro 4.

Quadro 4 - Atuação como docente

Ao tempo total de atuação como <b>docente na carreira</b> :		Ao tempo de atuação como <b>docente na instituição atual</b> :		A <b>carga horária</b> semanal dedicada à <b>docência</b> atualmente:	
<b>03</b>	Menos de 1 ano	<b>13</b>	Menos de 1 ano	<b>19</b>	20 horas
<b>03</b>	1 a 3 anos	<b>10</b>	1 a 3 anos	<b>07</b>	20 a 30 horas
<b>10</b>	3 a 6 anos	<b>12</b>	3 a 6 anos	<b>07</b>	30 a 39 horas
<b>08</b>	6 a 9 anos	<b>05</b>	6 a 9 anos	<b>19</b>	40 horas
<b>19</b>	10 a 20 anos	<b>07</b>	10 a 20 anos	<b>01</b>	Há mais de 40 anos
<b>10</b>	Acima de 20 anos	<b>06</b>	Acima de 20 anos		

Fonte: Trabalho de pesquisa

## e) Auto-Avaliação do perfil

Quanto a este item os professores e pedagogos se auto-avaliaram como excelente, bom e regular em todos os quesitos questionados quanto ao seu comprometimento e determinação assim como a maioria acredita que o comprometimento e a determinação são de extrema, muita ou razoável importância para a instituição.

Quanto ao questionamento sobre a obsessão pelas oportunidades os professores e pedagogos também se auto-avaliaram como excelente ou bom e sobre a importância para a Instituição, acreditam que a obsessão pelas oportunidades é de extrema ou muita importância para a instituição.

Sobre a criatividade, autoconfiança e habilidade de adaptação os professores e pedagogos se consideram bom ou excelentes e quanto a importância da criatividade, autoconfiança e habilidade de adaptação para a instituição consideram de extrema ou muita importância para a instituição. Os dados podem ser comprovados conforme o quadro 05.

Quadro 5 - Auto-Avaliação do perfil

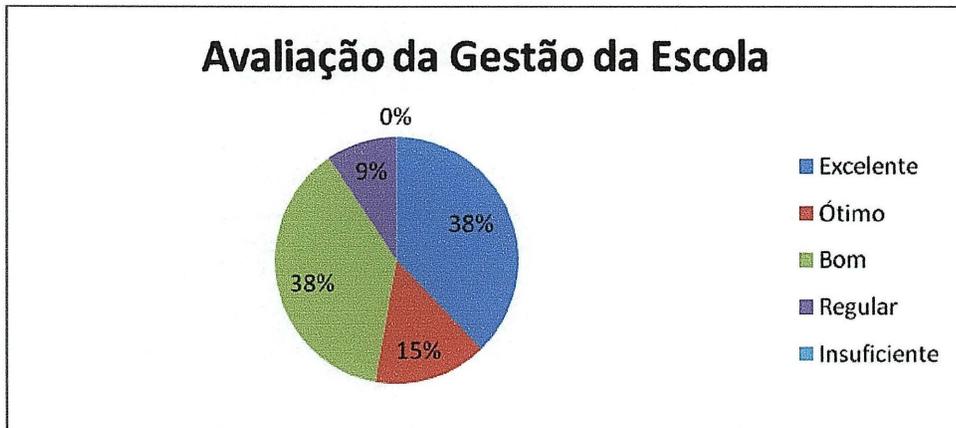
CARACTERÍSTICAS	Sua avaliação					Importância para instituição				
	Exce-lente	Bom	Regu-lar	Fraco	Insufi-ciente	Extre-ma	Muita	Razoá-vel	Pouca	Nenhu-ma
	5	4	3	2	1	5	4	3	2	1
<b>COMPROMETIMENTO E DETERMINAÇÃO</b>										
Pró-atividade na tomada de decisão	18	34	01			31	15	07		
Tolerância ao estresse e conflitos	10	35	08			34	10	09		
Assiduidade	43	07	08			41	07	05		
Disciplina e dedicação	32	20	01			39	11	03		
Compromisso com a aprendizagem dos alunos	35	18				41	08	04		
Gerenciamento da disciplina em sala de aula	24	26	03			34	09	05		
Envolvimento nas atividades da escola	17	32	04			32	13	06	02	
Hábil em resolver problemas e integrar soluções	15	35	03			36	11	6		
<b>OBSESSÃO PELAS OPURTUNIDADES</b>										
Procura ter conhecimento das necessidades dos alunos	22	27	04			29	18	05	01	
Procura inovar suas aulas com novas metodologias	22	23	08			31	16	06		
Busca conhecimentos através de leituras	26	24	03			33	16	04		
Utiliza a hora-atividade de forma efetiva e eficaz	29	21	03			32	13	08		
<b>CRIATIVIDADE, AUTOCONFIANÇA E HABILIDADE DE ADAPTAÇÃO</b>										
Não convencional, cabeça aberta, pensador	20	29	04			27	18	08		
Hábil em se adaptar a novas situações	24	25	04			30	17	06		
Poder de autocontrole	15	31	07			28	19	06		
Iniciativa	20	27	06			29	20	04		
Necessidade de crescer e atingir melhores resultados	24	24	05			30	19	04		
É paciente e sabe ouvir	18	28	07			30	17	05		
Trabalha em equipe	26	22	04		01	32	16	05		

Fonte: Trabalho de Pesquisa

f) Avaliação da gestão da escola

A maioria dos professores e pedagogos avaliaram a gestão da escola em que atuam como excelente e Bom, conforme o gráfico 18 (em %)

Gráfico 18 - Avaliação da gestão da escola

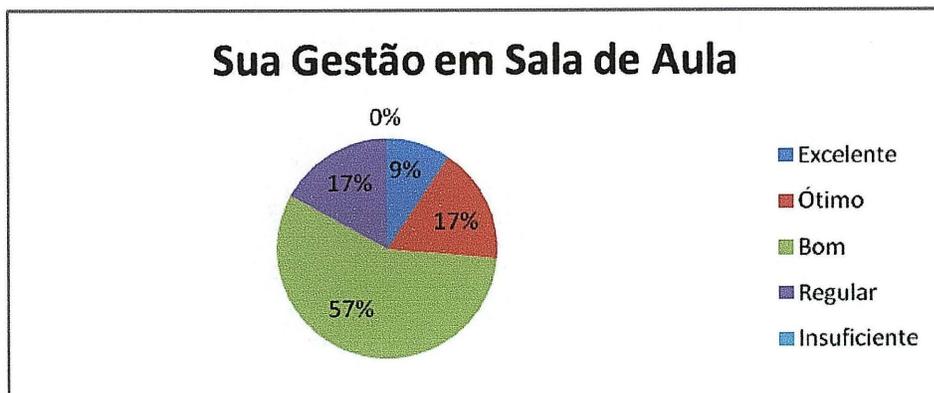


Fonte: Trabalho de pesquisa

g) Avaliação da gestão de sala de aula

Sobre sua gestão em sala de aula os professores e pedagogos dividiram suas opiniões, no entanto, a opção regular foi escolhida pela maioria como demonstra gráfico 19 (em %).

Gráfico 19 - Avaliação da gestão de sala de aula



Fonte: Trabalho de pesquisa

#### 4.5 DISCUSSÃO DA AVALIAÇÃO

Verificou-se um grande empenho nos colégios pesquisados, com compromisso coletivo de uma educação de qualidade, a fim de oferecer um clima propício à aprendizagem, recuperar conteúdos e nota, trabalhar em função de um currículo planejado e buscando assegurar a cada estudante os conhecimentos essenciais, para o desenvolvimento de valores e envolvimento dos pais numa gestão democrática.

Apesar de todo empenho, também se percebeu que o número de reprovação e evasão ainda causa preocupação. Algumas medidas já foram tomadas, como apoio pedagógico para os alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem nas turmas de 5ª série através da Sala de Apoio e a sala de recursos para alunos de qualquer série do Ensino Fundamental que apresentam distúrbios de aprendizagem. O planejamento realizado em cada disciplina contempla o atendimento individual, a diversidade de atividades, o trabalho em grupo, as pesquisas contribuindo para o melhor aproveitamento dos alunos com baixo desempenho.

Acredita-se que desta forma, com o apoio da família e a participação efetiva dos alunos no processo, esse índice possa ser melhorado a cada ano.

##### 4.5.1. Resultados avaliativos de 2006 a 2008 do Colégio Estadual Sagrada Família

Os dados são referentes à aprovação, reprovação e abandono, no Ensino Fundamental (E.F.), Ensino Médio (E.M.) e Formação de Docentes (F.D.), nos anos de 2006, 2007 e 2008 no CESF.

	APROVAÇÃO (%)			REPROVAÇÃO (%)			ABANDONO (%)		
	E.F.	E.M.	F. D.	E.F.	E.M.	F. D.	E.F.	E.M.	F. D.
2006	95,10	92,40	97,80	4,80	7,30	2,10	0,00	0,10	0,00
2007	94,20	94,20	95,40	5,20	5,40	1,50	0,40	0,30	21,30
2008	96,90	94,10	95,40	2,60	5,10	0,30	0,30	0,70	4,20

Fonte: ([www.diaadiaeducacao.pr.gov.br](http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br))

Quadro 6 - Resultados avaliativos de 2006 a 2008 do Colégio Estadual Sagrada Família

#### 4.5.2. Resultados avaliativos de 2006 a 2008 do Colégio Estadual São Pedro e São Paulo

Os dados são referentes à aprovação, reprovação e abandono, no Ensino Fundamental (E.F.), Ensino Médio (E.M.), nos anos de 2006, 2007 e 2008 no CSPSP.

	APROVAÇÃO (%)		REPROVAÇÃO (%)		ABANDONO (%)	
	E.F.	E.M.	E.F.	E.M.	E.F.	E.M.
2006	82,70	83,80	12,80	8,80	4,40	7,30
2007	80,90	95,80	14,00	1,30	4,90	2,70
2008	84,60	78,70	9,50	10,00	5,70	11,20

Fonte: ([www.diaadiaeducacao.pr.gov.br](http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br))

Quadro 7 - Resultados avaliativos de 2006 a 2008 do Colégio Estadual São Pedro e São Paulo

#### 4.5.3. Resultados avaliativos de 2006 a 2008 do Colégio Estadual Albina Muginoski

Os dados são referentes à aprovação, reprovação e abandono, no Ensino Fundamental (E.F.), Ensino Médio (E.M.), nos anos de 2006, 2007 e 2008 no CAM.

	APROVAÇÃO (%)		REPROVAÇÃO (%)		ABANDONO (%)	
	E.F.	E.M.	E.F.	E.M.	E.F.	E.M.
2006	77,30	78,20	12,30	4,00	10,20	17,60
2007	76,70	79,40	12,30	3,20	10,90	17,30
2008	74,50	79,80	17,30	0,40	8,00	19,70

Fonte: ([www.diaadiaeducacao.pr.gov.br](http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br))

Quadro 8 - Resultados avaliativos de 2006 a 2008 do Colégio Estadual Albina Muginoski

#### 4.5.4. Resultados obtidos no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) foi criado pelo INEP em 2007 e representa a iniciativa pioneira de reunir num só indicador dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: fluxo escolar e médias de desempenho nas avaliações. Ele agrega ao enfoque pedagógico dos resultados das avaliações em larga escala do INEP, a possibilidade de resultados

sintéticos, facilmente assimiláveis e que permitem traçar metas de qualidade educacional para os sistemas. O indicador é calculado a partir dos dados sobre aprovação escolar, obtidos no Censo Escolar, e médias de desempenho nas avaliações do INEP, o SAEB – para as unidades da federação e para o país, e a Prova Brasil – para os municípios.

As médias obtidas pelos alunos das três escolas, no município de Campo Largo e no Estado do Paraná no IDEB, nos anos de 2005 e 2007, foram:

	C. E. Sagrada Família	C. E. São Pedro e São Paulo	C. E. Albina Muginoski	Município	Estado
2005	5,3	3,7	3,7	4,3	4,0
2007	5,3	4,6	3,9	4,3	4,0

Fonte: ([www.diaadiaeducacao.pr.gov.br](http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br))

Quadro 9- Resultados obtidos no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

#### 4.5.5. Resultados obtidos no Exame Nacional do Ensino Médio

Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), o Enem é um exame individual, de caráter voluntário, oferecido anualmente aos estudantes que estão concluindo ou que já concluíram o Ensino Médio em anos anteriores. Seu objetivo principal é possibilitar uma referência para auto-avaliação, a partir das competências e habilidades que estruturam o Exame.

As médias obtidas pelos alunos das três escolas, no município de Campo Largo e no Estado do Paraná no exame, nos anos de 2005, 2006, 2007 e 2008, foram:

	C. E. Sagrada Família	C. E. São Pedro e São Paulo	C. E. Albina Muginoski	Município	Estado
2006	52,15	47,77	44,44	46,02	43,71
2007	61,01	59,31	50,42	54,60	52,20
2008	54,89	51,07	44,35	49,63	47,61

Fonte: MEC/INEP

Quadro 10 - Resultados obtidos no Exame Nacional do Ensino Médio

#### 4.6. APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA SISTEMATIZADA PARA MELHORIA DA GESTÃO

O conjunto dos profissionais que trabalham na escola forma uma equipe em que cada um tem uma função específica, portanto todos são imprescindíveis para que o trabalho e o bom desempenho fluam satisfatoriamente.

Além disso, verificou-se também, a necessidade de outros profissionais atuando na escola em parceria com a direção e professores.

Apresenta-se então, propostas para melhoria da gestão integral:

- Contratação de psicólogos e assistentes sociais em cada escola.
- Contratação de um “professor-apoio” em cada turno nas escolas.
- Reforço escolar para os alunos com dificuldade de aprendizagem em todas as séries e turnos.
- Capacitação dos professores utilizando a hora-atividade, com certificação.
- Participação de representantes de pais na avaliação do desempenho profissional dos professores e funcionários.

## 5. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Uma educação de qualidade deve ter como objetivo a compreensão e a transformação do ensino e da aprendizagem, através de práticas pedagógicas eficientes, efetivas e eficazes.

O ensino e a aprendizagem são processos que não se dissociam, pois o ensinar se define em função do aprender. A sala de aula deve ser um espaço de busca de significados, de produção de conhecimentos, de partilha de vivências e de ação, tendo o professor como mediador e orientador.

Pela atuação da gestão escolar, observamos como se organizam as escolas, quais são suas inter-relações, as práticas educativas, as construções de conhecimentos; as buscas de soluções; os resultados obtidos com as inovações e tentativas de acertos, visando à melhoria na qualidade da educação como resultado da co-responsabilidade entre todos.

Para a realização deste trabalho, fizemos um estudo através da pesquisa bibliográfica e de campo e verificamos que através da pesquisa podemos intervir na prática de forma inovadora. Com o recurso da pesquisa estimulamos o pensamento investigativo e criativo, a fim de fazer da escola um espaço de discussão, de aprofundamento de conteúdos, diagnóstico da realidade, organização e planejamento, onde se desenvolve o trabalho dos educadores.

Com base nas pesquisas realizadas, constatamos que para melhor entendermos o processo ensino-aprendizagem, é importante fazermos um estudo sobre os conceitos de educação, ensino, teorias da aprendizagem, gestão escolar, o trabalho do professor em sala de aula, métodos mais utilizados, avaliação, principais educadores, entre outros.

Verificamos que as escolas vêm procurando desenvolver o Projeto Político Pedagógico coletivamente com uma gestão democrática com apoio de um número maior de pais e da comunidade e contam com uma boa infra-estrutura.

Levantamos também, as informações necessárias para entender as dificuldades no processo de gestão, de ensino e de aprendizagem e, consolidando as informações pesquisadas e apresentamos relatório consubstanciado.

Apresentamos propostas sistematizadas com as informações necessárias

para aplicação de modelos de gestão. Avaliamos a eficiência e eficácia da gestão escolar integral no processo ensino-aprendizagem, para implementação de políticas públicas que visem à melhoria da gestão escolar integral e de seus resultados.

Apesar do grande empenho por parte das escolas por uma educação de qualidade, os índices das avaliações institucionais são baixos em todos os níveis de escolarização, precisando melhorar o desempenho. Para isso é necessário investimento, responsabilidade, empenho e dedicação de todos para um resultado positivo no processo ensino-aprendizagem.

O método expositivo é o mais utilizado pelos professores, por isso é preciso inovar, utilizar diferentes metodologias e os recursos tecnológicos existentes na escola, pois a criança e o adolescente necessitam de oportunidades para participar da construção do conhecimento.

Quanto ao gestor escolar, este ocupa grande parte do seu trabalho com questões burocráticas, reuniões e atendimento a professores e pais. A grande dificuldade no gerenciamento da escola é quanto ao absenteísmo dos professores.

Os professores encontram dificuldades quanto à disciplina dos alunos e não têm a prática do trabalho em equipe para compartilhar as dificuldades, as conquistas e os projetos.

Constatamos também, que é necessário realizar um trabalho em equipe de toda comunidade escolar, visando o objetivo maior que é a educação do aluno, capaz de atuar numa sociedade transformadora.

Quanto aos métodos avaliativos precisa-se estudar e discutir muito, porque possuem um grau maior de importância e complexidade. Alguns professores já vinculam os instrumentos de avaliação como vias de retomada do processo ensino-aprendizagem, usando metodologias diferenciadas na tentativa de superar as dificuldades apresentadas pelos alunos.

Portanto, o objetivo de todas as gestões escolares, aqui abrangendo diretores, pedagogos e professores, é ter um ensino e uma aprendizagem eficientes, efetivos e eficazes. Para que esse objetivo seja alcançado as gestões precisam enfrentar e vencer o desafio de reconstruir uma escola de melhor qualidade, com mudanças contínuas, aprendizagem, estratégias para uma educação de qualidade e aperfeiçoamento dos profissionais da educação. Falta muito a realizar na área da

educação, mas com medidas simples e efetivas podemos melhorar o processo.

Recomendamos que os órgãos competentes façam um estudo mais profundo sobre a questão educacional e que disponibilizem em todas as escolas psicólogos, assistentes sociais e “professores-apoio”, visando uma educação de qualidade.

É necessário que os pais estejam mais presentes na educação de seus filhos; que a sociedade tenha consciência da real necessidade de melhorias na qualidade da educação e que se mobilize em prol de resultados mais positivos no processo ensino-aprendizagem, é importante também, incluir a veiculação de mensagens e bons exemplos nos meios de comunicação.

Este trabalho não teve por objetivo esgotar a discussão sobre a gestão escolar no processo ensino-aprendizagem, mas por sua enorme abrangência abre “caminhos” para novas pesquisas.

#### 4. REFERÊNCIAS

ARANHA, M.L. de A. **Filosofia da educação**. 2. Ed. São Paulo: Moderna, 1996  
CHIAVENATO, Idalberto, **Comportamento Organizacional: A dinâmica do sucesso das organizações**. São Paulo: Editora Campus, 2005.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. 05/out/1988

FEITOSA, Sonia Couto Souza. **Método Paulo Freire: princípios e práticas de uma concepção popular de educação**, 1999 – Dissertação (Mestrado), 1999.

FERREIRA, N. S. C. **Gestão Democrática da educação para uma formação humana: conselhos e possibilidades**. **Em aberto**, Brasília, v.17, n.72, fev/jun., 2000.

\_\_\_\_\_. **Gestão Democrática da educação: ressignificando conceitos e possibilidades**. In: FERREIRA, N.S.C.; AGUIAR, M.A. **Gestão de educação: impasses, perspectivas e compromissos**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

FERREIRO, Emília. **Alfabetização em Processo**. Trad. Maria Antonia Cruz Costa Magalhães, Marisa do Nascimento Paro, Santa Cunha Lima. São Paulo: Cortez, 1986.

FREIRE, Paulo. **Educação como Prática de Liberdade**. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1967.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da autonomia**. 14 ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 2000.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Simons, 1988.

FULLAN, Michael, HARGREAVES, Andy. Tradução: Regina Garcez. **A escola como organização aprendente: buscando uma educação de qualidade**. 2. ed. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

GADOTTI, Moacir, ROMÃO, José E. **Autonomia da Escola: princípios e propostas**. 6. ed. São Paulo: Editora Cortez: Instituto Paulo Freire, 2004.

GADOTTI, Moacir. **Avaliação Institucional: necessidade e condições para sua realização** (versão preliminar). Teleconferência, 6 mar. 1999.

GARDNER, Howard. **Estruturas da Mente. A Teoria das Inteligências Múltiplas**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1994.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. 12. Reimpr. – São Paulo: Atlas, 2009.

LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL. 20/dez/1996

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Editora Cortez, 1994.

\_\_\_\_\_. **Organização e Gestão da escola - teoria e prática**. 4 ed. Goiânia: Alternativa, 2004.

\_\_\_\_\_ et al. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. 5.ed. São Paulo : Cortez, 2007.

LÜCK, Heloísa. **Liderança em Gestão Escolar**. Série Cadernos de Gestão, vol. IV. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2008.

\_\_\_\_\_. O caminho da gestão e a liderança escolar. **Revista Gestão em Rede**. Nº85, p. 16 – 17, mai. 2008.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições**/ Cipriano Carlos Luckesi. – 17. ed. – São Paulo: Cortez, 2005.

MANFREDI, Silvia Maria. **Educação profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.

MELLO, Guiomar Namó. **Cidadania e Competitividade: desafios educacionais do terceiro milênio**. São Paulo: Cortez, 1993.

\_\_\_\_\_. **Políticas Públicas de Educação**. Estud. Av. vol 5 nº13. São Paulo sept. / dec. 1991.

MORAN, José Manuel et al. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. 13. ed. Campinas: Papirus, 2007.

MOURA, Tania Maria de Melo. **A prática pedagógica dos alfabetizadores de jovens e adultos: contribuições de Freire, Ferreiro e Vygotsky**. 4 ed. Ver. E ampl. / Maceió: Eduval, 2006.

OLIVEIRA, Marta Kolh de. **Teorias psicogenéticas em discussão**. 5 ed. São Paulo: Summus, 1992.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão democrática da escola pública**. 3. ed. São Paulo: Editora Ática, 2004.

PÁTIO, Revista Pedagógica. Ano IX, nº34, maio/julho 2005. Porto Alegre: Artemed Editora S.A.

SACRISTÁN, J. Gimeno. **Compreender e transformar o ensino**. J. Gimeno Sacristán e A. I. Pérez Gómez; trad. Ernani F. da Fonseca Rosa – 4. ed. – ArtMed, 1998.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. 35. Ed. Revisada. Campinas, SP: Autores Associados, 2002 (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo; vol. 5.)

TEIXEIRA, Anísio. Natureza e função da administração escolar. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR, 1. 1968, Salvador, Bahia. **Administração Escolar**: edição comemorativa. Salvador, Bahia: ANPAE, 1968.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Avaliação: concepção dialética-libertadora do processo de avaliação escolar**. 15. ed. São Paulo: Libertad 2005. – (Cadernos Pedagógicos do Libertad; v. 3)

\_\_\_\_\_. **Coordenação do trabalho Pedagógico: do Projeto Político-Pedagógico ao cotidiano da sala de aula**. São Paulo: Libertad, 2004.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Org.). **Projeto político pedagógico da escola: uma construção possível**. Coleção Magistério. Formação e Trabalho Pedagógico. Campinas, SP: Papyrus, 1995

\_\_\_\_\_. **Projeto político pedagógico da escola: educação superior**. Coleção Magistério. Formação e Trabalho Pedagógico. Campinas, SP: Papyrus, 2004

VIANNA, Ilca Oliveira de Almeida. **Planejamento Participativo na Escola: um desafio ao educador**. São Paulo: EPU, 1986.

## 7. APENDICE

## 7.1. APENDICE - I - DIRETORES E DIRETORES AUXILIARES

## DIRETORES E DIRETORES AUXILIARES

Caros Professores, Pedagogos e Diretores

Estamos na fase final da Especialização em Formulação e Gestão de Políticas Públicas da Universidade Federal do Paraná e precisamos da sua colaboração para o Trabalho de Conclusão de Curso, cujo título é “Avaliar a eficiência e eficácia da gestão escolar integral no processo ensino-aprendizagem: um estudo de caso nas escolas estaduais da região de Campo Largo”. O objetivo da nossa investigação é fazer um estudo sobre o trabalho da gestão escolar/gestão de sala de aula, para proposta de uma política pública de melhoria da gestão integral no processo ensino-aprendizagem.

Desenvolvemos um questionário e precisamos da colaboração dos professores, pedagogos, diretores e vice-diretores.

Atenciosamente

Bernadete Terezinha Pereira  
Lucia Staron

### QUESTIONÁRIO (DIRETOR e VICE-DIRETOR)

Colégio: \_\_\_\_\_

1. Dados Pessoais

Idade ( ) Sexo: M ( ) F ( )

2. ÁREA DE FORMAÇÃO

2.1 Ensino Médio: Magistério/Formação de docentes ( )

Educação Geral ( )

Curso Técnico ( )

2.2 Graduação: \_\_\_\_\_ 2.3 Instituição Superior: \_\_\_\_\_

2.4 Outra Graduação: \_\_\_\_\_ 2.5 Instituição Superior: \_\_\_\_\_

2.6 Pós-Graduação em nível de:

( ) Especialização ( ) Doutorado

( ) Mestrado ( ) Outro citar : \_\_\_\_\_

2.7 Ano de conclusão do último curso na área de educação: \_\_\_\_\_

3. O processo de escolha do diretor da sua escola é através de:

( ) eleição ( ) indicação

4. Como você considera a atuação dos colegiados na escola:

( ) excelente ( ) ótima ( ) muito boa ( ) boa ( ) ruim ( ) péssima

5. Atuação como educador:





Transmite integridade e confiabilidade										
É paciente e sabe ouvir										
Constrói times e trabalha em equipe										

Como você avalia a gestão da escola

Excelente( ) Ótimo ( ) Bom ( ) Regular ( ) Insuficiente ( )

Data de entrega: 04 de maio de 2009

7.2. APENDICE - II - PROFESSORES E PEDAGOGOS

## PROFESSORES E PEDAGOGOS

Caros Professores, Pedagogos e Diretores

Estamos na fase final da Especialização em Formulação e Gestão de Políticas Públicas da Universidade Federal do Paraná e precisamos da sua colaboração para o Trabalho de Conclusão de Curso, cujo título é “Avaliar a eficiência e eficácia da gestão escolar integral no processo ensino-aprendizagem: um estudo de caso nas escolas estaduais da região de Campo Largo”. O objetivo da nossa investigação é fazer um estudo sobre o trabalho da gestão escolar/gestão de sala de aula, para proposta de uma política pública de melhoria da gestão integral no processo ensino-aprendizagem.

Desenvolvemos um questionário e precisamos da colaboração dos professores, pedagogos, diretores e vice-diretores.

Atenciosamente

Bernadete Terezinha Pereira  
Lucia Staron

### QUESTIONÁRIO (PROFESSORES e PEDAGOGOS)

Colégio: \_\_\_\_\_

---

1. Dados Pessoais

Idade ( ) Sexo: M ( ) F ( )

2. ÁREA DE FORMAÇÃO

2.1 Ensino Médio: Magistério/Formação de docentes ( )

Educação Geral ( )

Curso Técnico ( )

2.2 Graduação: \_\_\_\_\_ 2.3 Instituição Superior: \_\_\_\_\_

2.4 Outra Graduação: \_\_\_\_\_ 2.5 Instituição Superior: \_\_\_\_\_

2.6 Pós-Graduação em nível de:

( ) Especialização ( ) Doutorado

( ) Mestrado ( ) Outro citar : \_\_\_\_\_

2.7 Ano de conclusão do último curso na área de educação: \_\_\_\_\_

3. Participação nos órgãos colegiados na instituição em que atua

( ) APMF ( ) Conselho Escolar ( ) Nenhum

4. Atuação como docente:

Ao tempo total de atuação como <b>docente na carreira</b> :	Ao tempo de atuação como <b>docente na instituição atual</b> :	À <b>carga horária</b> semanal dedicada à <b>docência</b> atualmente:
Menos de 1 ano	Menos de 1 ano	20 horas



Necessidade de crescer e atingir melhores resultados										
É paciente e sabe ouvir										
Trabalha em equipe										
Como você avalia a gestão de sua escola										
Excelente ( ) Ótimo ( ) Bom ( ) Regular ( ) Insuficiente ( )										
Como você avalia a sua gestão de sala de aula										
Excelente ( ) Ótimo ( ) Bom ( ) Regular ( ) Insuficiente ( )										

Data de entrega: 04 de maio de 2009